

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**GASTOS SOCIAIS FEDERAIS E ESTADUAIS E O  
COMBATE À POBREZA E À DESIGUALDADE DE  
RENDAS: ANÁLISE DO GOVERNO LULA**

LARYSSA SIMAS P. DE OLIVEIRA  
matrícula nº 108018579

Orientadora: Profa. Valéria Pero

DEZEMBRO 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**GASTOS SOCIAIS FEDERAIS E ESTADUAIS E O  
COMBATE À POBREZA E À DESIGUALDADE DE  
RENDAS: ANÁLISE DO GOVERNO LULA**

---

LARYSSA SIMAS P. DE OLIVEIRA  
matrícula nº 108018579

Orientadora: Profa. Valéria Pero

DEZEMBRO 2011

*As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade da autora.*

Dedico este trabalho aos meus pais, Jorge e Marluce, que foram os maiores responsáveis pela minha formação e que fazem dos meus sonhos os seus sonhos. Também dedico este trabalho à minha avó, Marlene, que é maravilhosa para mim desde o dia em que nasci.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus pelas oportunidades que me foram dadas na vida e pelas pessoas maravilhosas que tenho ao meu redor.

Agradeço aos meus pais, sem os quais eu não teria chegado até aqui. Agradeço a compreensão, o apoio, o carinho e a educação que eles me deram ao longo de todos esses anos.

Agradeço à minha família e aos meus amigos, que torcem pela minha felicidade e pelo meu sucesso.

Agradeço à professora Valéria Pero, que me orientou e me ajudou a construir e a concluir este trabalho.

Finalmente, agradeço a todos que contribuíram de alguma forma para que eu concluísse esta jornada, com conselhos, estímulos e palavras confortantes.

## **RESUMO**

O trabalho analisa os gastos sociais federais e estaduais durante o período 2003-2010, que compreende os dois governos da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Pretende-se avaliar em que medida o esforço da política social do governo contribuiu para a redução da pobreza e da desigualdade de renda no Brasil. Tomando como base as três principais funções do governo, as quais compreendem a alocação de recursos, as políticas estabilizadoras e a distribuição de recursos, o trabalho se concentra particularmente nesta última função.

Considera-se que o nível de pobreza e a desigualdade na distribuição de renda são importantes objetos de estudo, especialmente em economias em que a elevada concentração de renda marginaliza parte da população e gera distorções sociais, como é o caso da brasileira. Os gastos do governo em áreas sociais, à medida que são destinados à população mais carente, constituem um instrumento importante para minimizar as distorções e a falta de oportunidades e de perspectivas que permeiam a sociedade. Seguindo esta linha de raciocínio, a monografia analisa a evolução dos gastos sociais federais e estaduais no período em questão, bem como as relações entre eles e os rumos da pobreza e da desigualdade de renda.

# ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	7
CAPÍTULO I - POBREZA, DESIGUALDADE DE RENDA E A FUNÇÃO SOCIAL DO ESTADO .....	9
<b><i>I.1 - POBREZA E DESIGUALDADE NO BRASIL</i></b> .....	9
<i>I.1.1 - Pobreza</i> .....	10
<i>I.1.2 - Desigualdade</i> .....	11
<b><i>I.2 - A COMPOSIÇÃO DO GASTO PÚBLICO SOCIAL</i></b> .....	12
CAPÍTULO II – O GOVERNO LULA .....	20
<b><i>II.1 - O PANORAMA DOS GASTOS SOCIAIS E DOS INDICADORES DE POBREZA E DESIGUALDADE DE RENDA NA GESTÃO ANTERIOR AO GOVERNO LULA</i></b> .....	20
<b><i>II. 2 - GASTOS SOCIAIS E RUMOS DA POBREZA E DA DESIGUALDADE DE RENDA: 2003-2010</i></b> .....	25
<i>II.2.1 - Análise dos Gastos Sociais Federais: 2003-2010</i> .....	26
<i>II.2.2 - Gastos Sociais Federais e os Indicadores de Pobreza e Desigualdade de Renda</i> .....	35
CAPÍTULO III - GASTOS SOCIAIS ESTADUAIS.....	38
<b><i>III.1 ANÁLISE DOS GASTOS SOCIAIS ESTADUAIS: 2003-2010</i></b> .....	39
<b><i>III.2 GASTOS SOCIAIS ESTADUAIS E OS INDICADORES DE POBREZA E DESIGUALDADE DE RENDA</i></b> .....	44
CONCLUSÃO .....	50
ANEXO .....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67

## INTRODUÇÃO

O tema da monografia aborda um assunto que ganhou bastante destaque durante a gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva: os gastos sociais e o esforço despendido pelo governo para combater a pobreza e a desigualdade de renda no Brasil. É notório o sucesso das políticas implementadas pelo governo no período 2003-2010, sobretudo as assistencialistas, e os dados comprovam isso.

No ano de 2003, as porcentagens de pobres e de indigentes no Brasil eram, respectivamente, 39,4% e 17,5%. Ao final de 2009, esses números caíram para 24% e 8,4%. Os dados do grau de desigualdade de renda, por sua vez, também são muito satisfatórios: o coeficiente de Gini passa de 0,58 para 0,54 entre 2003 e 2009. É importante ressaltar que em nenhum outro momento da história do Brasil o coeficiente foi reduzido nesta magnitude em menos de uma década. Durante toda a década de 1990, por exemplo, esse índice ficou praticamente estagnado na faixa de 0,59. Sendo assim, são transformações relevantes para a população brasileira que merecem ser estudadas.

O objetivo do trabalho é analisar o comportamento dos gastos sociais nas esferas federal e estadual e os rumos da pobreza e da desigualdade de renda no período 2003-2010. Será analisada a evolução do volume total de gastos, bem como a distribuição dos tipos de gastos sociais nos gasto social total.

O trabalho compreende esta introdução, três capítulos e uma conclusão. No primeiro capítulo, discutem-se os problemas da pobreza e da desigualdade de renda no Brasil e a função social do Estado, que tem como objetivo atenuar essas distorções. São apresentados os tipos de gastos sociais a serem considerados no trabalho, detalhando-se os focos e as direções de cada um.

O segundo capítulo começa a desenvolver o tema central deste trabalho, analisando os gastos sociais federais e os indicadores de pobreza e desigualdade de renda para os anos de 2003 a 2010. Antes de aprofundar essa análise, apresenta-se um breve panorama dos gastos sociais e desses indicadores durante a gestão que antecede o governo Lula, a fim de



ampliar as bases para que se meça a magnitude dos gastos sociais neste último governo. São utilizados gráficos e tabelas com o objetivo de analisar e mensurar a evolução dos gastos sociais federais e a distribuição desses gastos por área de atuação e comparar os gastos sociais com outros agregados macroeconômicos como o Gasto Público Total e o Produto Interno Bruto. Além disso, ao final do capítulo propõe-se analisar a trajetória dos gastos sociais federais e dos indicadores de pobreza e desigualdade de renda, a fim de verificar se existe alguma relação positiva entre esses dados ao longo do tempo.

O terceiro e último capítulo finaliza os objetivos deste trabalho, avaliando os gastos sociais e o desempenho dos indicadores de pobreza e de desigualdade no âmbito estadual. Sendo assim, consolida-se neste trabalho uma análise para as esferas federal e estadual, com a finalidade de estudar a importância dada por essas duas esferas à área social e os efeitos que isso teve na melhoria da qualidade de vida da população em termos da redução da pobreza e da desigualdade de renda.

Por fim, apresentam-se as conclusões e as considerações finais na última parte do trabalho. No Anexo podem ser encontradas algumas tabelas de apoio à análise do texto.

## **CAPÍTULO I - POBREZA, DESIGUALDADE DE RENDA E A FUNÇÃO SOCIAL DO ESTADO**

Este capítulo tem por objetivo apresentar as possíveis causas da pobreza e da desigualdade no Brasil, discutindo pontos relevantes e tendo como base a literatura sobre o tema. É importante ressaltar que não se pretende realizar uma avaliação profunda das origens da pobreza e da desigualdade, visto que tais problemas datam dos primórdios da formação da nação brasileira e, portanto, um estudo aprofundado excede o escopo deste trabalho. No final do capítulo, é feita uma análise da função social do Estado, que se dá, essencialmente, através dos gastos sociais. Estes, se empregados de forma eficiente e focalizada, constituem um dos principais instrumentos de combate à pobreza e à desigualdade de renda.

### ***1.1 - Pobreza e Desigualdade no Brasil***

O nível de pobreza e a desigualdade na distribuição de renda são importantes objetos de estudo, principalmente nas economias em que a elevada concentração de renda provoca distorções sociais e marginaliza parte da população, como é o caso da brasileira.

Durante as décadas de 80 e 90, verificou-se um padrão de elevação ou de estabilização da pobreza e da desigualdade de renda no Brasil<sup>1</sup>. Considerando o período mencionado, tais indicadores apresentaram seus níveis mais elevados nos anos de 1980, com a porcentagem de pobres atingindo um patamar próximo de 50% nos primeiros anos da década. O coeficiente de Gini<sup>2</sup>, por sua vez, ficou em torno de 0,60 para a média do período. Essa situação foi, entre outros motivos, reflexo da alta instabilidade macroeconômica que se instalou no país, sobretudo puxada pelos altos índices de inflação. Com a aplicação e o sucesso alcançado pelo Plano Real, houve uma significativa redução do grau de pobreza, com a porcentagem de pobres chegando a, aproximadamente, 35% no

---

<sup>1</sup> Para maiores detalhes, ver tabela no Anexo apresentado no final do trabalho.

<sup>2</sup> Indicador tradicional de desigualdade de renda que varia de 0 a 1; quanto mais próximo de 1, mais desigual é a distribuição de renda.

final dos anos de 1990. Porém, o índice de Gini praticamente não sofreu alterações nesta época, ficando em torno de 0,60 ao longo de toda a década de 90.

No período de 2003 a 2010, que compreende a gestão dos dois governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, houve uma clara tendência de queda da pobreza e da desigualdade de renda no país. Em 2009 (ano mais recente em que tais dados encontram-se disponíveis), a porcentagem de pobres verificada foi de, aproximadamente, 22%, e o coeficiente de Gini foi reduzido a 0,54<sup>3</sup>. Sendo assim, pode-se falar que o Brasil deixou de ser, essencialmente, um país pobre, dado que, considerando o que foi mencionado acima, já houve época em que quase metade da população era considerada pobre. Apesar disso, ainda há no Brasil cerca de 40 milhões de pessoas pobres, que é um número considerável, e o índice de desigualdade de renda continua entre os mais altos do mundo. O debate em torno deste tema é, portanto, extremamente relevante, e antes de aprofundá-lo é importante discutir as possíveis causas da pobreza e da desigualdade no Brasil, a fim de proporcionar bases para a aplicação de políticas mais eficientes.

### **I.1.1 - Pobreza**

Em grande medida, a pobreza refere-se a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico<sup>4</sup>. Uma medida de pobreza que é amplamente adotada está ligada à noção de linha de pobreza. Pode-se dizer que uma linha de pobreza pretende ser o parâmetro que permite, a uma sociedade específica, considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor. Conforme a pobreza pode ser medida como uma insuficiência de renda, existem dois determinantes relacionados a ela: a escassez relativa de recursos e a má distribuição dos recursos existentes. Segundo artigo de Barros, R.; Henriques, R. e Mendonça, R. de 2001:

*A avaliação da importância relativa da escassez de recursos e da sua distribuição na determinação da pobreza no Brasil mostra que a origem da pobreza brasileira não está na escassez, absoluta ou relativa, de*

---

<sup>3</sup> Segundo dados do IETS, que serão explorados a seguir.

<sup>4</sup> Ver Barros, R., Henriques, R. e Mendonça, R. (2001).

*recursos. Por outro lado, verifica-se que o enorme grau de desigualdade na distribuição de renda estável nas duas últimas décadas se constitui como principal determinante da pobreza no país (p.4).*

Ainda em referência a este artigo, os autores basearam-se em três critérios para medir se a pobreza brasileira está ligada à escassez de recursos. São eles: uma comparação do Brasil com o resto do mundo, uma análise da estrutura da renda média do país e um exame do padrão de consumo médio da família brasileira. Conforme se contrastou a renda per capita e a pobreza no Brasil com as de outros países no mundo, verificou-se que o grau de pobreza brasileiro é mais elevado em comparação com o de outros países que possuem uma renda per capita similar à brasileira. Depois disso, foi feita uma comparação da renda per capita brasileira com a linha de pobreza nacional. Constatou-se que, na medida em que a renda média brasileira é significativamente superior à linha de pobreza, pode-se associar a intensidade da pobreza à concentração de renda. Por fim, buscou-se descrever o padrão de consumo das famílias brasileiras com renda per capita em torno da média nacional. Os autores chegaram à conclusão que o padrão de consumo dessas famílias é satisfatório, obtendo mais uma demonstração de que a pobreza no Brasil é, sobretudo, um problema relacionado à distribuição dos recursos e não à sua escassez relativa.

### **I.1.2 - Desigualdade**

A desigualdade de renda pode ser considerada como parte da história brasileira. Atualmente, o Brasil é considerado um país com potencial para crescer e vem conseguindo elevar os níveis de renda per capita ao longo dos anos<sup>5</sup>, mas ainda precisa vencer a barreira da desigualdade. O Brasil vem passando por importantes mudanças nos últimos anos, e uma delas está ligada ao declínio contínuo e acentuado da desigualdade de renda. Hoje, coeficiente de Gini está em torno de 0,54 e, apesar do êxito do último governo em ter conseguido reduzir tal indicador, esse índice ainda é um dos mais altos no mundo e a concentração de renda no país continua elevada para os padrões internacionais.

---

<sup>5</sup> O PIB per capita atingiu cerca de US\$ 11.000 em 2010 (preços 2010) segundo dados do Ipeadata.

Uma das principais causas dos altos níveis de desigualdade no Brasil pode ser atribuída à ineficiência dos gastos sociais e das políticas redistributivas do governo. Dada a magnitude da carga tributária brasileira<sup>6</sup>, pode-se concluir que o Brasil é um país que gasta muito, mas que não aloca esses recursos da forma mais eficiente. A carga tributária brasileira é semelhante à de países como Inglaterra e Espanha<sup>7</sup>, mas o nível de desigualdade de renda observado nesses países é muito menor que o observado no Brasil. Sendo assim, atribui-se à ineficácia das políticas redistributivas do governo e de suas instituições a principal causa da desigualdade de renda no país. E, a partir do que foi discutido no tópico anterior, tem-se que o extremo grau de desigualdade redistributiva constitui o principal determinante da pobreza no país.

Segundo dados do Banco Mundial<sup>8</sup>, em 2005, o coeficiente de Gini para o Brasil ficou em torno de 0,56, mais alto que o de países como Congo, Etiópia e Turquia, perdendo apenas para a Bolívia e Honduras. Também se observa que o Brasil apresenta um dos piores índices de Gini na América Latina. Além disso, segundo dados do Ipeadata, a proporção da renda total do país detida pelos 20% mais pobres em 2009 foi de 3,09, enquanto a parcela detida pelos 10% mais ricos no mesmo ano foi de 42,8.

Esses números comprovam a existência de profundas disparidades no país, reforçando ainda mais a necessidade de políticas distributivas mais igualitárias, que consigam reduzir tamanha desigualdade de renda e pobreza no país, e que permitam que o crescimento econômico seja aproveitado não apenas pelas classes mais favorecidas, mas também pelos mais necessitados, contribuindo para o aumento do bem-estar da população em geral.

## ***1.2 - A composição do gasto público social***

Tradicionalmente, são atribuídas ao setor público três funções básicas: garantir a estabilidade e o crescimento da economia, promover eficiência na alocação de recursos e

---

<sup>6</sup> Cerca de 34% do PIB em 2009, segundo dados do Ipeadata.

<sup>7</sup> Ver documento do Ministério da Fazenda; Gasto social do governo central: 2001 e 2002. Econômica, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.9-69, junho 2003.

<sup>8</sup> Ver dados no Anexo.

promover equidade na distribuição de oportunidades e de acesso a bens meritórios, contribuindo para melhorar a distribuição de renda. Particularmente, o gasto público social é o instrumento central do governo para o desempenho desta última função. Os gastos do governo em áreas sociais, na medida em que atendem às demandas dos setores mais carentes, podem ser uma ferramenta para minimizar as distorções oriundas da falta de oportunidades e de perspectivas, geradas por uma economia cuja lógica do processo de acumulação distancia fortemente ricos e pobres.

*São considerados gastos sociais no Brasil os dispêndios associados às áreas de previdência e assistência social, saúde, educação, moradia, habitação, saneamento básico, amparo ao empregado e organização agrária. É importante ressaltar que essa abordagem abrangente não é motivada por um julgamento de que todos esses dispêndios contribuem efetivamente para promover os objetivos fundamentais da política social, mas pelo fato de que as demandas por tais gastos são, em geral, baseadas em argumento de cunho social (Ministério da Fazenda, 2003, p. 10).*

Apesar de possuir uma carga tributária da ordem de 34% do PIB, o que equivale à média da carga tributária de países da OCDE<sup>9</sup>, o Brasil ainda é um país com um dos maiores índices de desigualdade do mundo, o que torna a função social do Estado ainda mais importante.

A seguir, é feita uma descrição dos gastos sociais de acordo com a classificação proposta pelo artigo citado do Ministério da Fazenda.

(i) Previdência Social

Os gastos com benefícios previdenciários têm por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

---

<sup>9</sup> Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

A Previdência Social provida pelo Governo Central é composta pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que atende ao setor privado e aos servidores públicos federais não titulares de carga efetivos, e pelo Regime Jurídico Único (RJU), que atende aos demais servidores públicos federais.

Os gastos do RGPS incluem pagamentos de aposentadorias e pensões, Salário-Família, Salário-Maternidade, Auxílio-Doença, Auxílio Acidente de Trabalho, Auxílio-Reclusão, Abono de Permanência, outros benefícios e despesas com o funcionamento do sistema previdenciário. Os gastos do RJU consideram, por sua vez, os benefícios previdenciários com aposentadorias e pensões.

Teoricamente, tais benefícios têm caráter contributivo, de modo que, para ter acesso a eles, o cidadão deve ter contribuído ou estar contribuindo para o sistema previdenciário. Porém, segundo o artigo divulgado pelo Ministério da Fazenda, “os benefícios previdenciários pagos ao setor rural são altamente subsidiados por receitas fiscais gerais” (p. 34). Sendo assim, os benefícios rurais (grande parte refere-se a aposentadorias e pensões) têm natureza essencialmente assistencial.

É comum, no Brasil, que a previdência do setor público esteja relacionada a déficits consideráveis, que não são financiados pela população em geral, através de tributos. A maior parte do gasto social costuma ser com a Previdência Social, sendo grande parte dessa despesa referente a gastos com o pagamento de aposentadorias e pensões, cuja incidência, no caso brasileiro, tem forte componente regressivo<sup>10</sup>.

#### (ii) Assistência Social

Diferentemente dos gastos com Previdência Social, os benefícios assistenciais não supõem contribuições efetuadas. Tais benefícios estão voltados para atender a população mais carente que, em geral, é selecionada mediante o critério de renda.

---

<sup>10</sup> Afirma-se que, dado o fato de a informalidade ainda ser elevada, os benefícios previdenciários acabam por ser regressivos, pois contemplam apenas aqueles com capacidade contributiva ao longo do período de atividade. Para maiores detalhes: <http://www.nuso.org/sitePortugues/upload/opinion/Lavinas.pdf>.

Os gastos assistenciais são constituídos, em grande parte, pelas transferências de renda. De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, essas despesas são subdivididas em: Assistência ao Idoso, Assistência ao Portador de Deficiência, Assistência à Criança e ao Adolescente, Assistência Comunitária e Demais Funções.

Existem programas específicos do governo que buscam conciliar transferência de renda com ações socioeducativas, como o Programa Bolsa Família. Para fins de exemplificação das diretrizes que constituem as despesas com Assistência Social, serão ressaltadas algumas características do Bolsa Família. O Programa possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade. Outros programas assistenciais têm como objetivo principal combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional, como é o caso do Projeto Fome Zero, que é integrado atualmente pelo Bolsa Família.

Dessa forma, tem-se que as despesas com Assistência Social têm um foco bastante direcionado (ou supõe-se que devam ter), com os programas de garantia de renda mínima constituindo mecanismos essenciais para reduzir a pobreza e a desigualdade de renda no país. Mas, além da expansão e unificação de tais programas, é preciso elevar a qualidade desses programas, melhorando o sistema de monitoramento e de avaliação dos programas sociais.

### (iii) Saúde

De acordo com o art. 196 da Constituição Federal, “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.



Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, as despesas com Saúde são divididas em: Atenção Básica, Assistência Hospitalar e Ambulatorial, Suporte Profilático e Terapêutico, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Alimentação e Nutrição e Demais Funções.

Além de a Constituição Federal considerar obrigatório o fornecimento de tais benefícios por parte do Estado, a Emenda Constitucional nº 29 de 2000 estabeleceu que a União aplicasse percentuais mínimos de suas receitas em Saúde.

Um dos benefícios ligados a esse tipo de gasto social é o Sistema Único de Saúde (SUS), cujo principal grupo de gastos relaciona-se com as despesas com atendimento hospitalar, ambulatorial e emergencial. Essa rede de atendimento do SUS engloba estabelecimentos públicos e privados conveniados, e possui unidades que efetuam procedimentos simples de atenção básica à população, bem como centros hospitalares que efetuam procedimentos complexos, como cirurgias e transplantes.

Além desse sistema, podem ser citados outros benefícios, como o Piso de Atenção Básica (PAB), em que recursos financeiros são destinados a investimentos em procedimentos e ações de assistência básicas tipicamente municipais. Este benefício engloba consultas médicas em especialidades básicas, atendimento odontológico básico, vacinação, entre outros. Pode-se citar também o Programa Saúde da Família, que constitui estratégia prioritária do Ministério da Saúde para organizar a Atenção Básica, cuja finalidade é possibilitar o acesso universal e contínuo a serviços de saúde de qualidade, reafirmando os princípios básicos do SUS, mediante o cadastramento e a vinculação dos usuários.

#### (iv) Educação e Cultura

Os benefícios relativos à Educação envolvem os gastos em Ensinos Fundamental e Médio, Ensino Superior, Ensino Profissional, Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e demais funções. As despesas

referentes à Cultura estão ligadas, basicamente, à Difusão Cultural e à preservação e manutenção do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico.

Entre os benefícios de Educação, destacam-se alguns programas, como Alimentação Escolar, Caminho da Escola, Livro Didático e o Plano de Ações Articuladas. Em relação a este último programa, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), apresentado pelo Ministério da Educação em abril de 2007, colocou à disposição dos estados, municípios e Distrito Federal, instrumentos eficazes de avaliação e de implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação, sobretudo da educação pública básica.

Ainda em relação à Educação, vale destacar que há canalização de grande parte do orçamento da educação para o financiamento das instituições federais de ensino superior, o que reduz o montante de recursos disponível para os demais estágios da educação, como os ensinos infantil, médio e fundamental. Segundo dados divulgados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, a parcela gasta em Ensino Superior em 2009 foi de, aproximadamente, 50% do total das despesas em educação, enquanto os Ensinos Médio e Fundamental ficaram com apenas 1% da parcela total dos gastos, considerando apenas as despesas com ações típicas de manutenção do desenvolvimento do ensino. Sendo assim, uma política desse tipo produz distorções significantes, constituindo-se no componente do gasto em educação com um alto cunho regressivo.

Em relação aos benefícios para Cultura, podem ser citados: o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), o Programa Brasil Patrimônio Cultural e o Programa Cultura Afro-Brasileira.

Por fim, é importante destacar que estes gastos constituem um importante instrumento para que as disparidades sociais sejam reduzidas no país. A provisão de um ensino de qualidade (em todos os estágios) e a sua difusão mais igualitária são mecanismos essenciais para que maior parte da população tenha condições de se inserir no mercado de trabalho e de ter uma vida digna e mais distante da linha de pobreza no futuro.

(v) Organização Agrária

Os gastos diretos com a política de Organização Agrária incluem despesas com a concessão de empréstimos, com a operacionalização dos procedimentos de concessão destes empréstimos e com o desenvolvimento de outros programas, entre os quais estão as despesas com aquisições de terras para a implantação de assentamentos rurais.

Como um número considerável de famílias brasileiras possui como principal fonte de renda a agricultura familiar, as despesas sociais com Organização Agrária se tornam relevantes, principalmente porque, normalmente, grande parte dessas famílias recebe menos que um salário mínimo por mês.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é a principal política pública de suporte ao desenvolvimento da agricultura familiar. O programa financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País.

(vi) Proteção ao trabalhador

O Governo Federal promove ações cujos objetivos são: a proteção social dos trabalhadores, a promoção da empregabilidade e o cumprimento dos direitos trabalhistas.

Um dos maiores benefícios que compõe esse tipo de despesa social é o Seguro-Desemprego, que se dirige ao trabalhador demitido sem justa causa. Entre os gastos diretos, destacam-se os programas de geração de emprego e renda do Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda (PROGER), compostos por um conjunto de linhas de crédito disponíveis para interessados em investir no crescimento ou modernização de seu negócio ou obter recursos para o custeio de sua atividade. Enfatiza-se o apoio a setores intensivos em mão-de-obra e prioritários das

políticas governamentais de desenvolvimento, além dos programas destinados a atender necessidades de investimento em setores específicos, objetivando aumentar a oferta de postos de trabalho e a geração e manutenção da renda do trabalhador.

(vii) Saneamento Básico

As despesas em Saneamento básico são essenciais para aumentar a qualidade de vida da população, com a implantação de redes de esgoto em áreas que utilizam fossas sépticas ou rudimentares. Essa política é mais fácil de ser implementada em áreas urbanas do que em áreas rurais em função dos obstáculos e custos associados ao acesso em determinadas comunidades.

Dentro dessa política, vale destacar dois grandes programas: o programa Saneamento é Vida, que concentra seus investimentos em grandes centros urbanos, e o programa Saneamento Básico Rural.

(viii) Habitação e Urbanismo

Os principais objetivos desse tipo de gasto social são: promover o acesso à moradia adequada, a melhoria das habitações existentes e a regularização dos assentamentos.

A história da Política Habitacional Brasileira remonta à década de 1960, com a criação do Sistema Financeiro da Habitação (SHF). As principais fontes de recursos usadas para financiar tal política eram o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Atualmente, em relação à questão da habitação, destaca-se o Programa Minha Casa Minha Vida, que é um programa do Governo Federal em parceria com os estados e municípios, gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela CAIXA. O objetivo desse programa é a produção de unidades habitacionais, que depois de concluídas são vendidas sem arrendamento prévio, às famílias que possuem renda familiar mensal até R\$1.395,00. Há também o Programa Morar Melhor, que tem por objetivo promover ações integradas de desenvolvimento

urbano nas regiões de maior concentração de pobreza do país, contribuindo para a universalização da cobertura dos serviços de saneamento básico e ambiental, ampliando a oferta de habitações e promovendo a melhoria das condições de habitabilidade e da infraestrutura urbana, destinando-se a áreas com frágil base econômica.

## **CAPÍTULO II – O GOVERNO LULA**

No Capítulo I, foram apresentados conceitos e classificações que servem de base para a estrutura deste trabalho, cujo objetivo principal começa a ser discutido neste capítulo. A seguir, é feita uma breve exposição do panorama dos Gastos Sociais na gestão anterior ao Governo Lula, para fins de comparação pormenorizados. Feito isso, o trabalho analisa os gastos sociais federais no período 2003-2010 e seus efeitos sobre a redução da pobreza e da desigualdade de renda.

### ***II.1 - O panorama dos gastos sociais e dos indicadores de pobreza e desigualdade de renda na gestão anterior ao Governo Lula***

O cenário a ser analisado nesta seção compreende a gestão dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso: a primeira gestão vai de 1995 a 1998, e a segunda compreende os anos que vão de 1999 até 2002.

O primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso foi marcado pela consolidação do Plano Real, que trouxe enormes benefícios em termos da estabilização de preços, o que beneficiou a manutenção do poder de compra da população em geral e, principalmente, a população mais pobre, que é a mais prejudicada pela presença de altos índices de inflação. Pretendia-se fundamentalmente a manutenção da estabilidade como uma das condições necessárias para a promoção do bem-estar social. Segundo artigo de Castro, J. A. de et al. de 2003:

*A primeira gestão de Fernando Henrique Cardoso, iniciada em 1995, se beneficiou do Plano Real, que em seus primórdios mostrou-se uma política de*

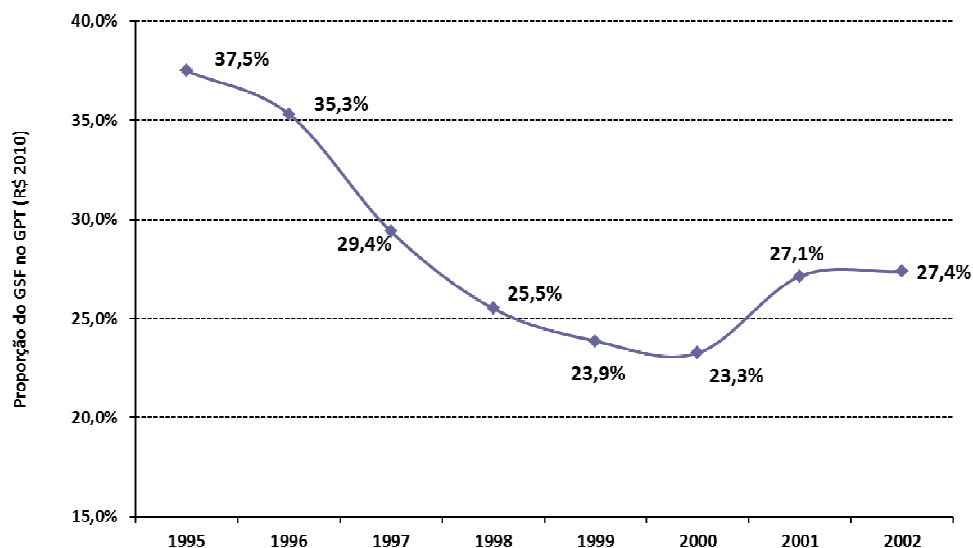
*estabilização bem-sucedida, contando ainda com a liberalização comercial e financeira, além das renegociações de dívida externa e com o início da privatização. O Plano permitiu aceleração do crescimento econômico, ampliação do consumo pós-estabilização, aumento da renda – sobretudo nos setores informais – e recomposição de valor do salário mínimo ainda em 1995 (p.15).*

A partir disso, tem-se que a estabilização trazida pelo Plano Real contribuiu em grande medida para a redução da pobreza no país. Depois de feita uma breve introdução sobre os legados do Plano Real, alguns gráficos foram elaborados, a fim de avaliar a evolução do Gasto Social Federal nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, bem como os indicadores de pobreza e desigualdade de renda.

Primeiramente, é preciso destacar alguns pontos em relação aos dados. Os dados referentes às despesas sociais do Governo Federal foram retirados do *site* da Secretaria do Tesouro Nacional. Até o ano de 1999, as despesas da União por função não estão totalmente desagregadas, de modo que os gastos sociais estão divididos da seguinte forma: Assistência Social e Previdência Social, Educação e Cultura, Habitação e Urbanismo, Saúde e Saneamento, Trabalho e Agricultura (inclui gastos além de Organização Agrária). Apenas a partir de 2000 tais gastos são fornecidos de forma desagregada, mas isso representa somente três anos do período que se pretende analisar.

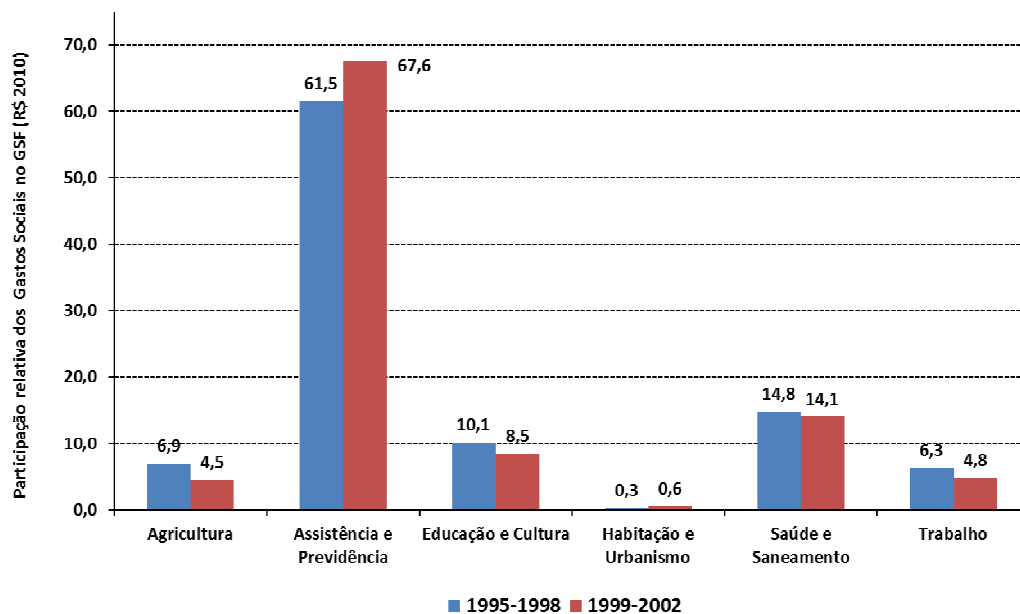
Tendo em vista o gráfico 1, observa-se que a proporção do Gasto Social Federal (GSF) no Gasto Público Total (GPT) foi relativamente elevada no primeiro ano de governo, mas, ao longo dos anos da primeira gestão, tal proporção foi declinando. Em 1998, atingiu o patamar de 25,5% do GPT e caiu ainda mais até 2000, quando chega a 23,3%. Esses números revelam uma diminuição relativa da importância dada aos gastos sociais, principalmente durante o primeiro governo FHC. No segundo governo, essas proporções melhoram um pouco, mas ainda assim ficam muito abaixo do que é encontrado em 1995. Esses dados representam uma queda da prioridade fiscal dada à área social pelo governo no período 1995-2002.

**Gráfico 1: Participação do Gasto Social Federal no Gasto Público Total (1995-2002)**



Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC. Elaboração própria.

**Gráfico 2: Governo FHC - Participação relativa dos Gastos Sociais no Gasto Social Federal**



Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC. Elaboração própria.

Como pode ser observado no gráfico 2, existe uma desproporcionalidade considerável entre os grupos de gastos sociais. A parcela de gastos em Assistência e Previdência fica acima de 60% do gasto social total nos dois governos, enquanto os gastos com Habitação e Urbanismo, por exemplo, detêm uma parcela extremamente pequena.

Os únicos grupos de gastos que têm sua participação aumentada entre um governo e outro são: Assistência e Previdência e Habitação e Urbanismo. Os demais gastos apresentam queda da participação nos gastos sociais totais. Essa trajetória, sobretudo a dos gastos em Educação e Cultura e Saúde e Saneamento, traduz-se em um retrocesso no que diz respeito à redução da pobreza e das desigualdades sociais, bem como à melhora das condições de vida da população mais carente.

Em relação ao grupo com maior peso nos gastos sociais totais, Assistência e Previdência, fica a dúvida de qual destes dois gastos teria puxado o peso para cima na passagem de um governo para outro. Em função do problema da agregação dos dados disponíveis mencionado anteriormente, não se sabe ao certo a parcela relativa de cada um para chegar a essa conclusão. Contudo, como foi dito, a partir de 2000 tais gastos já se encontram totalmente desagregados e, de acordo com dados da STN<sup>11</sup>, tem-se que os gastos em Assistência Social assumem os valores (preços de 2010) de R\$ 9,9 bilhões, R\$ 10,7 bilhões e 11,6 bilhões em 2000, 2001 e 2002 respectivamente. Os gastos em Previdência Social, por sua vez, são da ordem de R\$ 209 bilhões, R\$ 218 bilhões e R\$ 220 bilhões para os mesmos anos e em valores constantes de 2010. Dessa forma, há uma diferença muito grande entre estes dois tipos de gastos, podendo-se inferir, a partir disto, que o peso do gasto agregado em Assistência e Previdência deve-se mais a este último gasto do que ao primeiro. A participação anual média dos gastos em Assistência Social no Gasto Social Federal nesses três últimos anos de governo FHC é cerca de 3%, enquanto a participação dos gastos em Previdência Social é da ordem de 66%.

A partir do gráfico 2 e das últimas constatações, tem-se que: (i) gastos importantes para o combate à pobreza e às desigualdades sociais e de renda como Educação e Cultura e Saúde e Saneamento tiveram suas parcelas sobre os gastos sociais totais reduzidas de um

---

<sup>11</sup> Secretaria do Tesouro Nacional: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/>



governo para outro; (ii) o elevado peso dos gastos em Assistência e Previdência, que inclusive cresce entre um governo e outro, deve-se muito mais à Previdência Social; e (iii) apesar da trajetória crescente dos gastos em Assistência Social nos últimos três anos do governo, o montante destinado a esse tipo de gasto é relativamente baixo, sobretudo se for levado em conta que tais benefícios, essencialmente as transferências diretas de renda, constituem forte mecanismo de redução da pobreza e da desigualdade de renda.

A tabela a seguir avalia a evolução dos indicadores de pobreza e desigualdade de renda para o período em questão. Foram usados os seguintes indicadores: (i) indicadores de pobreza: porcentagem de pobres e porcentagem de indigentes; (ii) indicadores de desigualdade de renda: coeficiente de Gini, razão entre a renda apropriada pelos 10% mais ricos e os 40% mais pobres, razão apropriada pelos 20% mais ricos e os 20% mais pobres e razão apropriada pelos 10% mais ricos e os 10% mais pobres.

**Tabela 1: Indicadores de Pobreza e Desigualdade de Renda 1995-2002**

Ano	Proporção de Pobres (%)	Proporção de Indigentes (%)	Coeficiente de Gini	Razão 10/40	Razão 20/20	Razão 10/10
1995	38,6	17,3	0,60	23,7	27,4	67,0
1996	38,2	17,7	0,60	24,2	29,3	74,9
1997	38,7	17,8	0,60	24,2	28,7	72,3
1998	37,4	16,8	0,60	23,6	27,5	67,2
1999	39,0	17,4	0,59	22,7	26,2	63,2
2001	38,7	17,4	0,59	22,9	26,9	68,4
2002	38,3	16,5	0,59	21,9	24,7	59,2

Fonte: IETS, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Obs.: A pesquisa não foi a campo em 2000.

Elaboração própria.

Analisando-se a tabela 1, nota-se que não houve significativas mudanças nos indicadores de pobreza e de desigualdade de renda no período 1995-2002. As proporções de pobres e de indigentes permanecem estáveis, em torno de 38% e 17% em média, respectivamente, para todo o período. Além disso, o coeficiente de Gini fica praticamente estagnado, reduzindo-se apenas no ano de 1999 e permanecendo no patamar de 0,59 até 2002. Esse período de queda no coeficiente de Gini coincide com o período em que foram

lançados diversos programas sociais pelo governo FHC, como o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás.

As razões 10/40 e 20/20 também apresentam uma leve redução nos últimos anos do período, mas com níveis ainda bastante elevados. A razão 10/10 possui um comportamento irregular, com reduções e aumentos ao longo dos anos, mas, considerando todo o período, de 1995 a 2002 há uma redução deste indicador.

De um modo geral, tem-se que no período que compreende a gestão FHC não houve efeitos consideráveis em termos da diminuição da pobreza e da desigualdade na distribuição de renda no Brasil.

Por fim, tomando como base as informações contidas no primeiro gráfico, nota-se que há redução da participação do GSF no GPT ou a manutenção de patamares relativamente baixos ao longo da gestão FHC. Isso significa que houve um declínio da prioridade fiscal concedida aos gastos sociais no período, o que constitui um entrave ao combate à pobreza e à desigualdade de renda. O Brasil, sendo um país que ainda possui um elevado número de pobres e um dos maiores índices de desigualdade de renda no mundo, necessita de que a prioridade destinada aos benefícios sociais seja aumentada, e não reduzida. As próximas seções analisam de forma detalhada o comportamento dos gastos sociais durante a gestão subsequente, que compreende os dois governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o que constitui o propósito deste trabalho. O objetivo é avaliar em que medida se contribuiu para a diminuição da pobreza e da desigualdade de renda no Brasil durante este governo.

## ***II. 2 - Gastos Sociais e Rumos da Pobreza e da Desigualdade de Renda: 2003-2010***

Após três candidaturas frustradas, Lula foi eleito presidente do Brasil em 2002, e a sua posse em 2003 representou a ascensão da esquerda ao poder, através do Partido dos Trabalhadores (PT). Durante o período eleitoral, havia uma enorme incerteza nos mercados doméstico e internacional quanto ao rumo que a economia brasileira seguiria, especialmente em relação à manutenção da estabilidade alcançada e à austeridade fiscal do governo. Caso Lula assumisse a presidência, temia-se que alguma forma de moratória fosse

decretada e que medidas populistas fossem adotadas, dadas as promessas de ampliação dos gastos públicos, por exemplo. No entanto, assim que Lula assumiu a presidência em 2003, ficou claro que não haveria ruptura com os compromissos vigentes até então.

Em relação à política monetária, a linha conservadora permaneceu no Banco Central e do regime de metas de inflação foi mantido. Além disso, o governo ampliou a meta de superávit primário de 3,75% para 4,25% e anunciou cortes no gasto público, a fim de viabilizar o objetivo fiscal<sup>12</sup>.

Depois de todos os anúncios feitos e medidas adotadas, a confiança no governo Lula foi aumentando na medida em que se mostrou que o compromisso com a estabilidade macroeconômica seria mantido. Além do compromisso com a estabilidade, Lula havia assumido um compromisso com a população brasileira, sobretudo a mais carente, que depositou sua confiança no futuro presidente, acreditando que ele traria mudanças e melhorias sociais para o Brasil. De fato, um dos maiores méritos da gestão do presidente Lula foram os significativos avanços sociais, o que pode ser comprovado pela redução da pobreza e da desigualdade de renda nos anos de 2003 a 2010.

A proposta desta seção é analisar a magnitude do Gasto Social na esfera federal no período de 2003 a 2010, a fim de identificar sua evolução ao longo desses anos e a estrutura de distribuição dos gastos sociais, comparando isso com as mudanças nos indicadores de pobreza e desigualdade de renda. A seção está dividida em duas partes: a primeira analisa os gastos sociais da União no período em questão e a segunda parte tem como objetivo avaliar a relação entre os gastos sociais e os indicadores de pobreza e desigualdade de renda para a esfera federal.

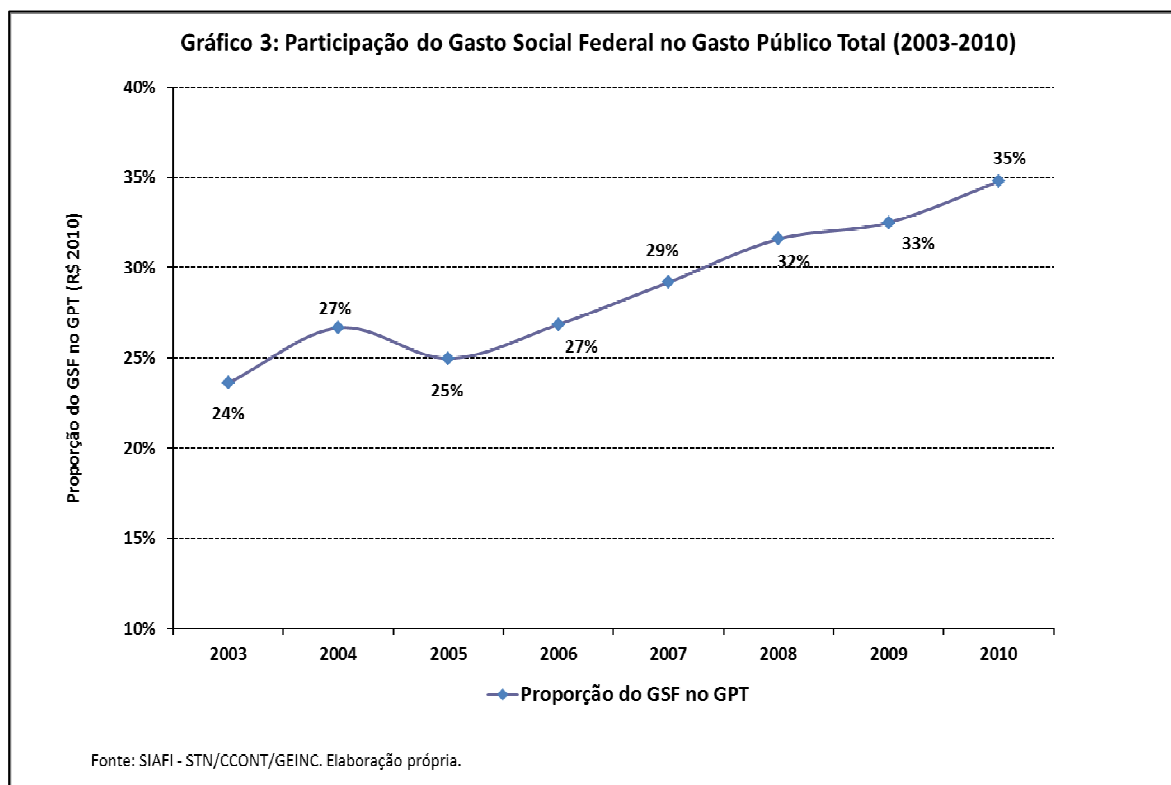
### **II.2.1 - Análise dos Gastos Sociais Federais: 2003-2010**

Assim como foi feito na seção anterior, inicialmente são apresentados gráficos e dados que fornecem uma visão geral do Gasto Social Federal. Nessa perspectiva, para analisar a evolução do GSF apresenta-se primeiramente uma comparação do Gasto Social Federal em relação ao total dos gastos públicos federais, o que dá uma

---

<sup>12</sup> Ver Giambiagi, F., 2011, p. 207.

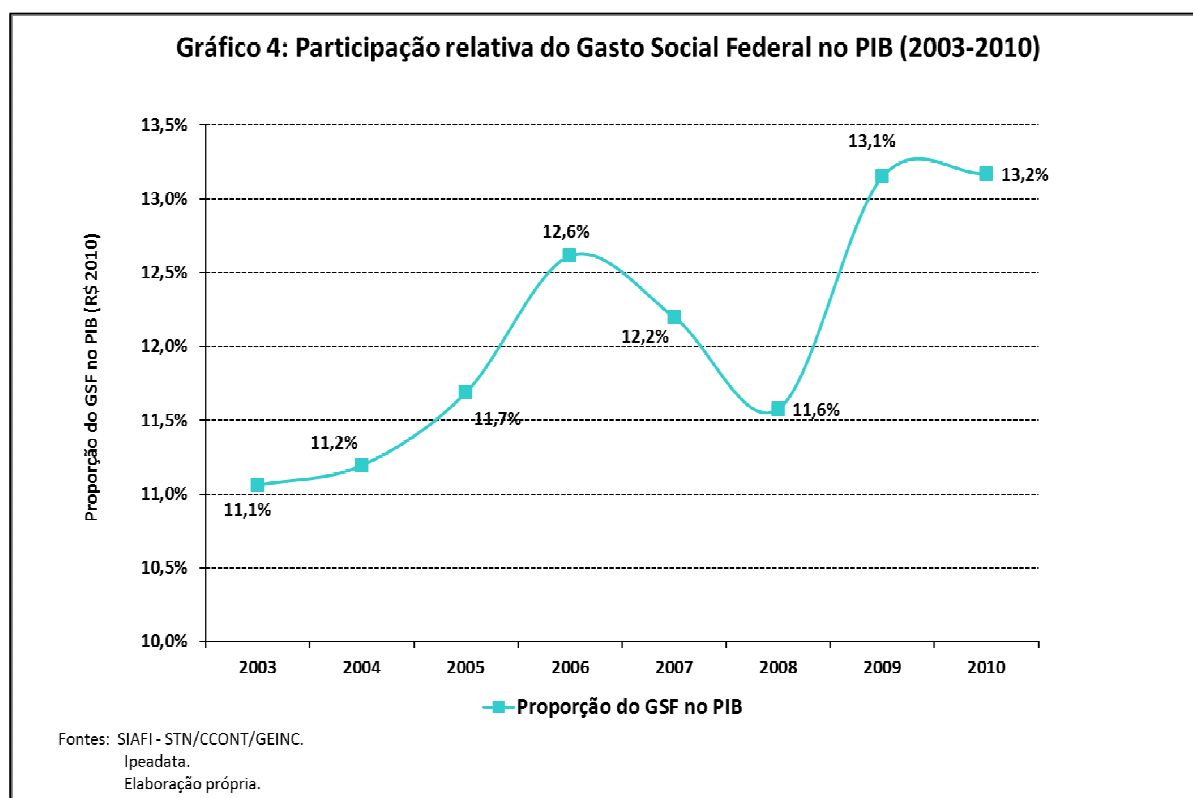
dimensão da importância do gasto social na agenda de governo, fornecendo um indicador do comprometimento relativo dado às políticas sociais diante das diversas opções de políticas públicas que são tomadas pelo governo.



Como pode ser visto no gráfico 3, os primeiros momentos do governo Lula foram caracterizados por proporções do Gasto Social Federal no Gasto Público Total relativamente baixas. Isso está relacionado em grande parte aos apertos fiscais adotados pelo governo para tentar superar a crise que havia se instaurado desde 2002, bem como para atingir as metas de superávit primário estabelecidas.

Apesar desse início conturbado, a partir de 2006 há uma tendência ascendente da participação do GSF no GPT que é mantida até o último ano de governo, ao contrário do que se verifica na gestão de FHC, em que há um longo período de queda dessa participação de 1995 a 2000. Essa trajetória da proporção do GSF no GPT simboliza a importância dada pelo governo Lula ao gasto social no que tange às suas prioridades fiscais.

O gráfico 4 compara o Gasto Social Federal com outro agregado macroeconômico, o Produto Interno Bruto, o que fornece um indicador de prioridade do gasto social. Na comparação de valores do GSF com o PIB, a posição relativa mostra crescimento do indicador GSF/PIB, com exceção de 2007 e 2008. Pode-se observar que o indicador fecha o período quase 20% maior do que é verificado em 2003.



Os valores obtidos da relação GSF/PIB mostram que há de fato crescimento real do GSF em ritmo bem mais acelerado que o crescimento econômico, na medida em que a média de crescimento anual do PIB para o período é de 4%, e o maior nível de crescimento atingido foi de 7,5% em 2010. Além disso, apesar do moderado crescimento econômico verificado nos primeiros anos do período analisado, ainda assim se verifica uma elevação da proporção GFS/PIB. Sendo assim, tais dados configuram um movimento favorável à área social.

Após comparar o Gasto Social Federal com dois importantes agregados macroeconômicos (Gasto Público Total e Produto Interno Bruto), serão analisados dados do volume total do GSF e dos dispêndios por área de atuação.

**Tabela 2: Gasto Social Federal por Área de Atuação 2003-2010**

Em R\$ milhões, atualizado pelo IGP-DI, valores constantes de 2010

Área de Atuação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Assistência Social	12.236	18.423	19.822	26.567	28.914	30.217	34.300	38.057
Previdência Social	211.495	219.946	236.400	261.947	273.559	271.071	300.032	319.130
Saúde	39.502	43.818	45.753	48.985	46.257	46.012	50.436	53.531
Trabalho	13.804	14.228	15.948	20.238	22.707	23.008	29.459	30.299
Educação	20.679	19.313	20.301	21.371	22.158	23.119	29.468	37.572
Cultura	336	430	620	680	486	541	681	818
Urbanismo	498	1.585	2.648	2.611	994	1.140	1.668	1.815
Habitação	178	650	715	1.439	-	161	141	21
Saneamento	85	102	111	69	47	504	875	507
Organização Agrária	2.078	3.479	4.494	5.164	4.088	2.571	2.521	2.181
<b>Gasto Social Federal Total</b>	<b>300.892</b>	<b>321.974</b>	<b>346.810</b>	<b>389.071</b>	<b>399.210</b>	<b>398.343</b>	<b>449.581</b>	<b>483.931</b>

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC. Elaboração própria.

A tabela 2 mostra a evolução do Gasto Social Federal por área de atuação em valores constantes de dezembro de 2010. Os valores totais do GSF demonstram a elevação dos dispêndios em todos os anos do período de 2003 a 2010, exceto na passagem de 2007 para 2008 em que há uma queda do volume gasto muito pequena. Nota-se que o volume total do GSF aumenta inclusive nos primeiros anos do primeiro governo Lula, apesar de o governo ter mantido o compromisso com a geração de sucessivos superávits primários.

Quando se analisam os gastos de forma desagregada por área de atuação, verifica-se que muitos também seguem um padrão crescente ou estável, sobretudo o grupo de gastos que constitui quase que a totalidade do Gasto Social Federal (Previdência Social, Assistência Social, Saúde, Trabalho e Educação). Entretanto, existem alguns tipos de gastos que possuem um padrão irregular, como os gastos em Habitação e Urbanismo, Saneamento e Organização Agrária, que assumem uma tendência de queda no final do período. De acordo com Castro, J. A. de et al. (2008), “essa dinâmica está relacionada principalmente à configuração política e institucional

que se molda em cada área da política social e que, a depender da luta política que é travada em seu próprio sistema e no entorno econômico, define limites nas opções de ação governamental” (p.13).

Um primeiro ponto que chama a atenção na tabela está relacionado à ampliação dos volumes gastos em Assistência Social. No início do primeiro governo Lula, o volume destinado à Assistência Social não diverge muito do que se verificou nos últimos anos do mandato FHC. No entanto, a partir de 2004 se observa uma clara mudança nessa tendência, e o volume gasto em 2010 é mais do que o triplo do que foi gasto em 2003. Este movimento é bastante interessante para a análise, na medida em que tal tipo de gasto constitui um dos mais importantes instrumentos do governo para tentar combater a extrema pobreza e amenizar os problemas trazidos pela desigualdade de renda. São gastos baseados essencialmente em transferências diretas de renda, com o intuito de aliviar a pobreza e atender a população mais carente do país. Segundo Soares, F. V et al (2006):

*Os programas brasileiros de transferência direta de renda à população de baixa renda são importantes porque sem eles dificilmente a erradicação da pobreza e a redução da desigualdade a níveis toleráveis serão possíveis dentro de um horizonte de tempo razoável. Embora estes programas seguramente não constituam uma solução única e permanente para os problemas sociais do país, não há dúvida que esses programas devem fazer parte de qualquer proposta séria de promoção de uma sociedade mais justa (p.22).*

Os gastos com Trabalho também têm seus dispêndios ampliados consideravelmente ao longo do período analisado. Esta área de atuação é integrada por políticas públicas que atendem a diversos objetivos: fiscalização laboral; intermediação de mão-de-obra; qualificação profissional; geração de emprego e renda, como o Proger; garantia de renda, como o seguro-desemprego e o abono salarial, este último objetivo, aliás, é o que responde pela maior parte dos gastos desta área de atuação. O crescimento observado nesta área está diretamente relacionado a dois movimentos principais: a expansão de cobertura do seguro-desemprego em direção a grupos antes desprotegidos, e o aumento recente na formalização do

mercado de trabalho. O aumento dos postos de trabalho com carteira assinada, mas com alta rotatividade e elevado desemprego, cresce o número potencial de trabalhadores elegíveis tanto ao seguro-desemprego quanto ao abono salarial, o que impacta tanto no aumento de benefícios concedidos quanto no volume de recursos dispendido para tal. É importante lembrar também que o salário mínimo obteve sucessivos aumentos reais durante a gestão de Lula, o que gera um forte impacto na expansão dos volumes destinados a programas relacionados a esta área de atuação.

**Tabela 3: Gasto Social Federal per capita 2003-2010**

Valores atualizados pelo IGP-DI, preços de 2010

<b>Ano</b>	<b>GSF (R\$ milhões)</b>	<b>População</b>	<b>GSF per capita (R\$)</b>	<b>Evolução (2003=100)</b>
2003	300.892	176.876.443	1.701	<b>100,0</b>
2004	321.974	179.113.540	1.798	<b>105,7</b>
2005	346.810	181.341.499	1.912	<b>112,4</b>
2006	389.071	183.554.255	2.120	<b>124,6</b>
2007	399.210	185.738.317	2.149	<b>126,3</b>
2008	398.343	187.885.996	2.120	<b>124,6</b>
2009	449.581	189.990.983	2.366	<b>139,1</b>
2010	483.931	192.040.996	2.520	<b>148,1</b>

Fontes: <sup>1</sup>SIAFI - STN/CCONT/GEINC.

<sup>2</sup>IBGE. População estimada para 1º de julho.

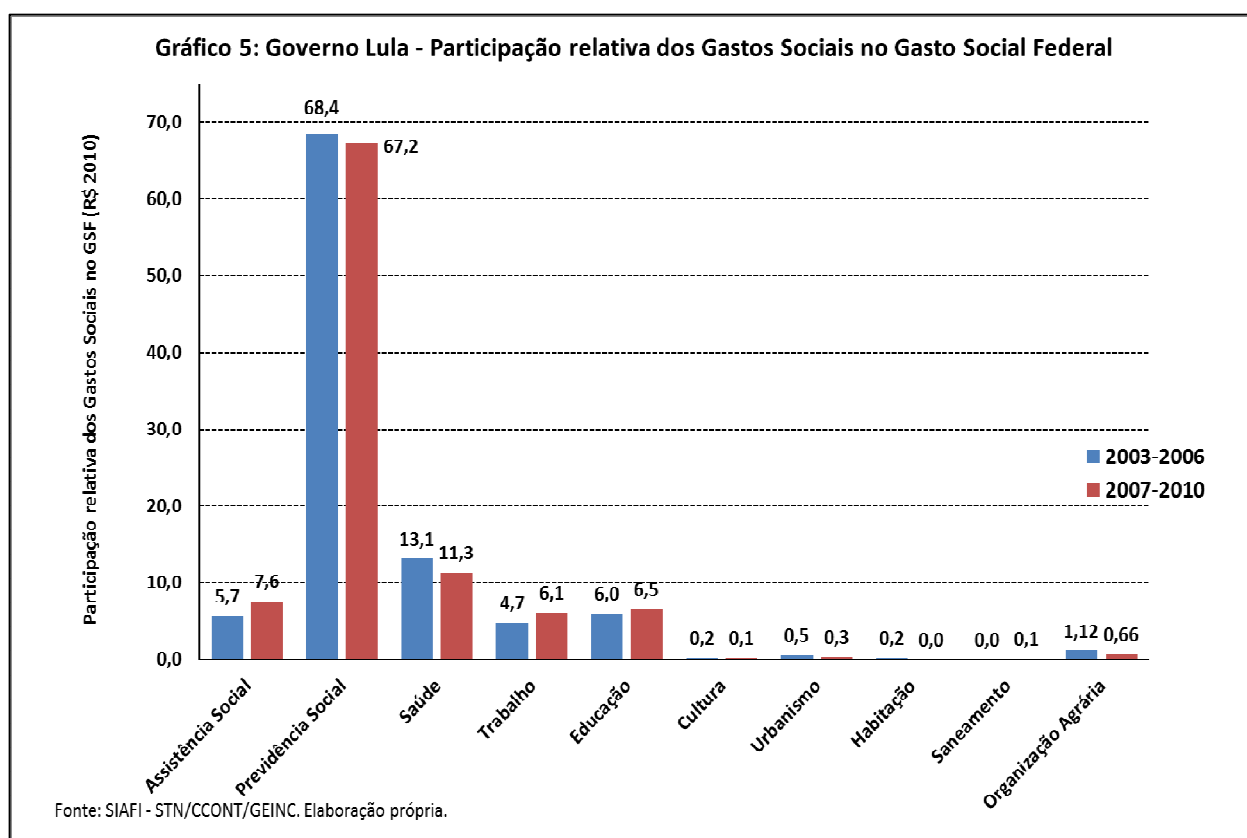
Elaboração própria.

A fim de tornar a análise mais detalhada, buscou-se calcular a evolução do Gasto Social Federal per capita. Considerando que o aumento do GSF total pode vir acompanhado de um aumento populacional superior, deve-se levar em conta o GSF per capita, que fornece uma medida do grau de atendimento das necessidades da população em nível particular. Esse indicador é aqui analisado a partir da divisão do GSF total pela população total do país.

A tabela 3 mostra que, tomando o ano de 2003 como base, todos os anos do governo Lula foram caracterizados por sucessivos aumentos do GSF per capita, com exceção apenas de 2008, em que há uma ligeira queda comparativamente ao ano de 2007. Contudo, não há dúvidas de que foram aumentos consideráveis e que o volume total do GSF per capita atingiu um patamar bastante alto no último ano do segundo governo. O período 2003-2010 termina com um aumento de cerca de 60% no volume do GSF total e com um aumento de 48,1% do GSF per capita.



Além de analisar os dados de gastos absolutos e per capita, é importante estudar a participação de cada tipo de gasto no GSF, a fim de verificar quais gastos receberam maior importância relativa entre um governo e outro. Os dados apresentados no gráfico abaixo mostram a participação relativa de cada tipo de gasto social no GSF nos dois governos de Lula e confirmam algumas tendências já verificadas anteriormente.



Como pode ser observado no gráfico acima, as únicas áreas de atuação que têm sua participação no GSF aumentada são: Assistência Social, Educação e Trabalho. Isso significa que, além de os volumes destinados a cada tipo desses gastos terem aumentado em termos absolutos durante o período, o crescimento de cada um superou o crescimento do Gasto Social Federal, o que levou à elevação das suas participações relativas.

Dentro deste grupo de gastos que têm sua participação relativa aumentada, a área de Assistência Social é a que aumenta mais a sua posição, ganhando um espaço maior no Gasto Social Federal de um governo para outro. Isto constitui um marco importante da gestão Lula, o que também contribuiu consideravelmente para sua reeleição em 2006 e trouxe avanços e melhorias para a população em geral, sobretudo a mais pobre.

O Programa Bolsa Família é um dos símbolos dos gastos em Assistência Social do governo e foi lançado logo no primeiro ano do governo Lula. Em 2003, o programa atingiu cerca de 3,6 milhões de famílias e o número de famílias beneficiadas chegou a 12,7 milhões em 2010<sup>13</sup>. O Bolsa Família é um tipo de programa de transferência de renda continuada, representando uma importante inovação na política social brasileira, na medida em que tem como objetivo não somente aliviar a pobreza com a transferência de renda, mas também combater as causas da pobreza a partir das condicionalidades que geram incentivos para investimentos em capital humano (Pero e Szerman, 2010). Segundo Rocha, S. (2008), “é irrefutável que a pobreza e a desigualdade vêm diminuindo no Brasil de forma sustentada desde 2004 e que as transferências de renda assistenciais, em geral, e o Bolsa Família, em particular, tem contribuído para esta evolução favorável”.

Os gastos na área de Trabalho também aumentam a sua participação relativa no GSF, e os motivos que guardam relação com este aumento foram descritos anteriormente. Os investimentos privados somados aos gastos públicos constituem a principal fonte de geração de emprego na economia, e este tipo de gasto social é um importante instrumento público com o qual o governo pode contribuir para a inserção do trabalhador no mercado de trabalho e aumento da qualificação profissional. Este mecanismo é extremamente significativo do ponto de vista do desenvolvimento humano e diminuição da vulnerabilidade dos mais carentes e dos que têm menos acesso à educação. Sendo assim, o aumento da participação relativa dos gastos com Trabalho beneficia a população como um todo, principalmente a que tem menos

---

<sup>13</sup> Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

recursos, sobretudo se for expandida a parcela de gastos relacionada com as finalidades mencionadas acima.

O terceiro e último tipo de gasto que cresce relativamente sua proporção do GSF é Educação. Apesar de o ensino no Brasil ainda ser alvo de muitas críticas, tais dados representam um panorama no mínimo otimista. Porém, ainda é preciso vencer muitos obstáculos, aumentar a qualidade do ensino básico e canalizar mais recursos para os ensinos fundamental e médio. Os gastos em Educação, diferentemente dos gastos assistenciais, têm impactos que podem ser sentidos em um prazo mais longo. Enquanto as transferências de renda geram benefícios quase que imediatos para a população mais carente, a ampliação do número de vagas escolares e o aumento da qualidade do ensino público são fatores que contribuem para o desenvolvimento humano e queda da desigualdade social no longo prazo.

É importante analisar o problema de uma maneira mais ampla, na medida em que a pobreza brasileira é tipicamente passada de geração para geração, ou seja, quem nasce em uma família pobre geralmente continua pobre. Isso ocorre porque o comum é que as crianças e jovens abandonem precocemente os estudos para ajudar na renda familiar. Alguns dos benefícios assistenciais atuais tentam combater este problema à medida que, em geral, condicionam os repasses com a frequência escolar. Porém, somente esse mecanismo não garante redução da vulnerabilidade e aumento de capacitação para que a população pobre melhore suas condições de vida. É necessário que a presença das crianças na escola signifique aprendizagem de fato, para que a condicionalidade deixe de ser uma exigência burocrática e passe a funcionar como mecanismo efetivo de promoção social e redução da desigualdade (Rocha, 2008). Ou seja, junto dos benefícios assistenciais devem vir melhorias na Educação, para que crianças e jovens obtenham uma educação completa e de qualidade, podendo se tornar profissionais mais capazes de se inserir no mercado de trabalho e de romper com a trajetória de pobreza em que se encontram.

Apesar dos aumentos relativos observados para alguns tipos de gastos, é preciso olhar também para os gastos que perderam importância relativa no Gasto Social

Federal. Embora permaneçam com a maior parcela do GSF, os gastos com Previdência Social diminuem entre os dois governos Lula. Talvez esse comportamento esteja ligado com as reformas da Previdência adotadas no início do primeiro governo<sup>14</sup>. Além disso, há uma perda relativa ainda maior (cerca de 2 p.p.) em relação aos gastos com Saúde. Apesar de os volumes gastos dentro desta área de atuação serem crescentes ao longo do período (tabela 2), essa queda torna-se um motivo de preocupação na medida em que a insatisfação da população brasileira com este serviço público ainda é grande.

Por fim, percebe-se uma manutenção das posições relativas dos demais tipos de gastos entre os dois governos, e o gasto com Organização Agrária perde peso no GSF de um período para outro. Deve ser ressaltado também que os gastos com Saneamento permanecem com uma proporção muito baixa relativamente. Considerando que boa parte da população ainda não possui acesso aos serviços básicos de saneamento, tal cenário pode ser visto como um ponto fraco da política social adotada durante a gestão de Lula.

Nesta seção, foi demonstrado que houve tanto um aumento do gasto social no período como também houve uma ampliação dos benefícios assistenciais concedidos pelo governo federal. A próxima seção irá analisar os possíveis efeitos do comportamento dos gastos sociais sobre os indicadores de pobreza e desigualdade de renda.

### **II.2.2 - Gastos Sociais Federais e os Indicadores de Pobreza e Desigualdade de Renda**

Os gastos do governo federal e os gastos de outras esferas em áreas sociais constituem uma importante ferramenta para amenizar as distorções e a falta de oportunidades, sobretudo em relação à população mais carente.

Esta seção tem como objetivo avaliar em que medida os gastos sociais federais podem ter contribuído para a redução da pobreza e da desigualdade social no Brasil.

---

<sup>14</sup> Ver Giambiagi, F., Além, A. C. D. Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

Busca-se, portanto, analisar se pode ser inferida uma relação positiva entre esses dados ao longo do período em questão. Utilizaram-se como indicadores de pobreza as porcentagens de pobres e de indigentes<sup>15</sup>.

**Tabela 4: Gasto Social Federal e Indicadores de Pobreza e Indigência**

Valores atualizados pelo IGP-DI, preços de 2010

Ano	GSF (R\$ milhões)	GSF per capita (R\$)	Pobres (% População)	Indigentes (% População)
2003	300.892	1.701	39,4	17,5
2004	321.974	1.798	37,0	15,1
2005	346.810	1.912	34,2	13,3
2006	389.071	2.120	29,7	10,8
2007	399.210	2.149	28,1	10,3
2008	398.343	2.120	25,3	8,8
2009	449.581	2.366	23,9	8,4

Fontes: <sup>1</sup>SIAFI - STN/CCONT/GEINC.

<sup>2</sup>IETS.

Elaboração própria.

Nota-se, a partir da tabela 4, que há uma clara relação entre os aumentos do GSF e do GSF per capita e a paulatina redução da pobreza e da proporção de indigentes. Ao longo do período, houve uma queda de 40% e 52% nos níveis de pobreza e indigência, respectivamente. Os dados apenas corroboram o que a população já havia percebido no dia a dia. Os gastos assistenciais, sobretudo as transferência diretas de renda, contribuíram em grande parte para esses números, dado que fornecem às pessoas pobres e indigentes uma garantia de renda mínima, permitindo que muitos ultrapassem a linha de pobreza. São, certamente, alcances muito significativos conseguidos pela política social do governo.

As relações entre o GSF, GSF per capita e os indicadores de desigualdade de renda podem ser observadas na tabela 5. Os indicadores de desigualdade de renda utilizados são: coeficiente de Gini, razão entre a renda dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres, razão entre a renda dos 20% mais ricos e os 20% mais pobres e a razão entre a renda dos 10% mais ricos e os 10% mais pobres.

<sup>15</sup> Dados retirados do IETS (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade) e disponíveis até o ano de 2009.

**Tabela 5: Gasto Social Federal e Indicadores de Desigualdade de Renda**

Valores atualizados pelo IGP-DI, preços de 2010

Ano	GSF (R\$ milhões)	GSF per capita (R\$)	Coeficiente de Gini	Razão 10/40	Razão 20/20	Razão 10/10
2003	300.892	1.701	0,58	21,1	24,3	59,4
2004	321.974	1.798	0,57	19,5	22,0	51,7
2005	346.810	1.912	0,57	19,2	21,3	49,7
2006	389.071	2.120	0,56	18,3	20,4	47,5
2007	399.210	2.149	0,55	17,7	20,2	49,0
2008	398.343	2.120	0,54	16,8	18,9	44,0
2009	449.581	2.366	0,54	16,3	18,6	43,8

Fontes: <sup>1</sup>SIAFI - STN/CCONT/GEINC.

<sup>2</sup>IETS.

Elaboração própria.

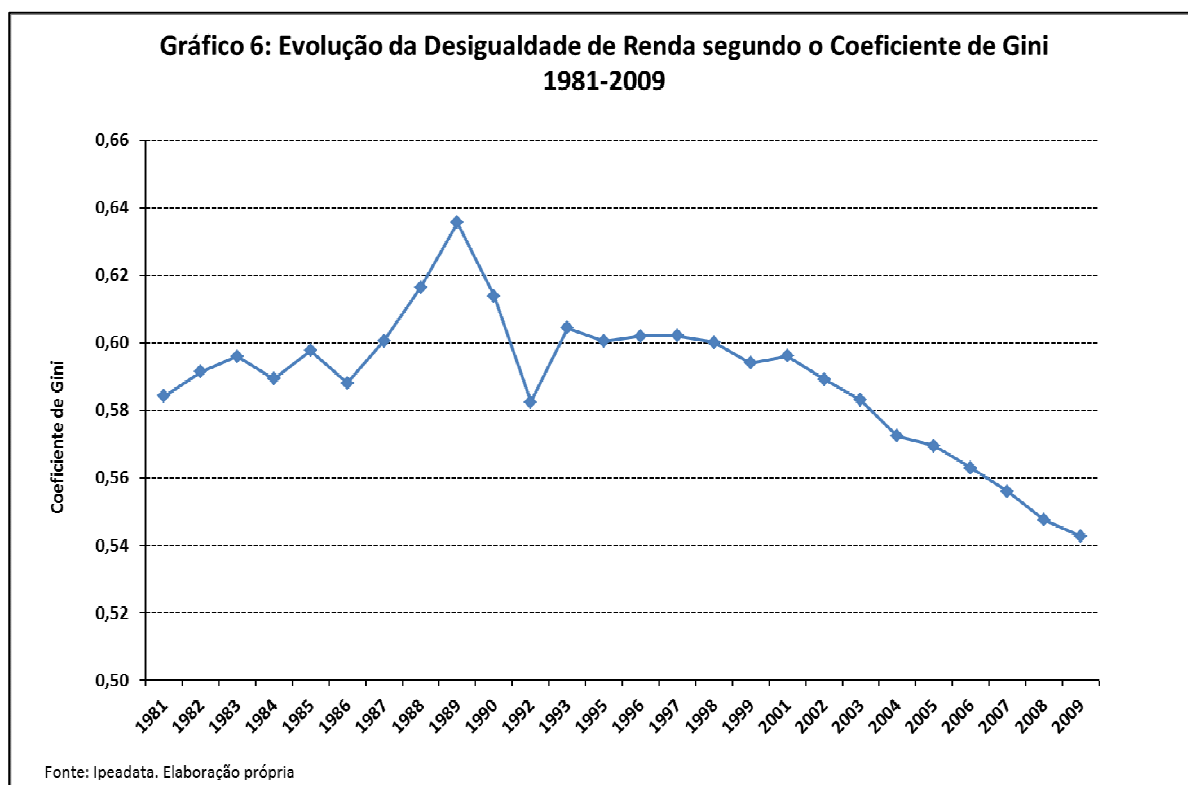
A partir dos dados acima, nota-se que o efeito que os gastos sociais exercem sobre a pobreza é muito mais significativo do que o efeito sobre o nível de desigualdade de renda. O indicador que apresentou a maior queda durante o período é a razão entre a renda apropriada pelos 10% mais ricos e a renda dos 10% mais pobres. No entanto, há que se considerar que essa queda no coeficiente de Gini não foi alcançada em nenhuma outra gestão. Do início da década de 1990 até 2002, este índice girou em torno de 0,59 em média. Não restam dúvidas, portanto, de que é um resultado significativo alcançado pelo governo.

Apesar de terem diminuído, os indicadores de desigualdade de renda no Brasil estão entre os mais altos do mundo. A razão 10/40, por exemplo, ajuda a entender tamanha disparidade ainda existente: atualmente, os 10% mais ricos ganham 16,3 vezes mais que os 40% mais pobres. Sendo assim, tem-se que os gastos sociais colaboraram, de alguma forma, para que uma menor desigualdade de renda fosse alcançada. Contudo, há ainda muito que ser feito, principalmente no que se refere a políticas de desenvolvimento de longo prazo, que permitam não só mais reduções desses indicadores, como também tornem o Brasil um país mais igualitário diante do resto do mundo. Segundo Castro, J. A. de et al. (2003):

*(...) deve-se ressaltar que a grande desigualdade de renda e o elevado nível de pobreza observados no país não serão combatidos apenas via políticas sociais de cunho compensatório, mas, sobretudo, mediante a implementação de políticas de desenvolvimento que visem ao crescimento*

*econômico, ao emprego e à inclusão social. Entre as políticas econômicas, as de natureza tributária podem seguir a direção do aumento da progressividade dos impostos; e as de caráter fiscal podem ajudar a ampliar o nível de atividade econômica, gerando as condições necessárias para a criação de novos postos de trabalho (p. 35).*

De todo modo, o gráfico 6 abaixo permite que seja compreendida a magnitude da queda da desigualdade de renda no Brasil nos últimos anos, tomando como base uma série histórica para o coeficiente de Gini.



### **CAPÍTULO III - GASTOS SOCIAIS ESTADUAIS**

Seguindo os objetivos do capítulo anterior, o Capítulo III tem como finalidade avaliar os gastos sociais e o desempenho dos indicadores de pobreza e de desigualdade no âmbito

estadual. Consolida-se, portanto, uma análise para as esferas federal e estadual, com o objetivo de estudar a importância dada por esses dois governos à área social e os efeitos disso na melhoria da qualidade de vida da população em termos da redução da pobreza e da desigualdade de renda. Além disso, também se analisam os diferentes desempenhos desses indicadores para as diversas regiões do Brasil, tentando fazer um paralelo entre esse desempenho e os esforços sociais despendidos por elas e por seus respectivos estados.

### **III.1 Análise dos Gastos Sociais Estaduais: 2003-2010**

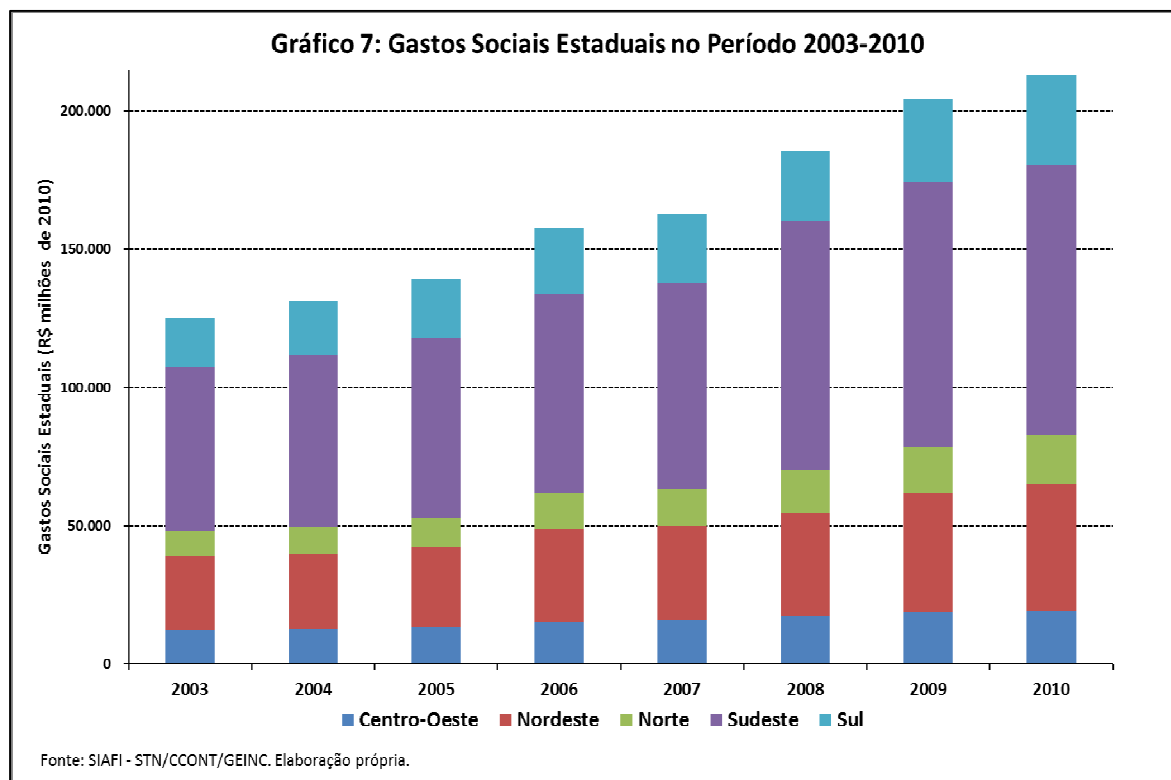
Nesta seção, pretende-se analisar os dispêndios sociais no âmbito estadual, na medida em que a descentralização federativa comporta uma tendência importante e que tem impactos significativos sobre os indicadores socioeconômicos. Segundo Cossio, F. B. (2001):

*Na literatura sobre o tema, observa-se uma tendência favorável à descentralização que destaca os benefícios da descentralização baseando-se principalmente nos seus efeitos microeconômicos. Esta visão destaca que a desconcentração do poder de obtenção de tributação e das responsabilidades de gasto produz ganhos de bem-estar devido ao aumento de eficiência na provisão de bens e serviços públicos, à maior visibilidade da relação entre benefícios e custos dos bens públicos (melhora da “accountability”) e à maior adequação da oferta de bens públicos às preferências locais (p. 1).*

Partindo do princípio de que os governos estaduais, ao conhecerem mais detalhadamente as necessidades de suas populações para fins de provisão de bens e serviços públicos e distribuição de gastos sociais, o trabalho julgou pertinente analisar esses tipos de gastos e a sua relação com os indicadores de pobreza e desigualdade de renda dos estados.

Sendo assim, tomando como modelo as seções anteriores, serão apresentados gráficos e tabelas a fim de ilustrar o comportamento dos gastos sociais estaduais e dos índices de pobreza e desigualdade de renda.





Como se observa a partir do gráfico 7, os gastos sociais estaduais totais assumem uma trajetória crescente em todos os anos do período em análise. As regiões que apresentam o maior crescimento dos gastos sociais entre 2003 e 2010 são o Sudeste e o Nordeste. Dentro dos gastos sociais estaduais totais, a região Sudeste é a que apresenta os maiores dispêndios sociais, enquanto a região Norte possui o menor nível de gastos<sup>16</sup>.

De um modo geral, o gráfico evidencia um comportamento ascendente dos gastos sociais estaduais que está em linha com o que havia sido verificado para os gastos sociais federais. A divisão dos gastos sociais estaduais em regiões foi escolhida porque mais a frente é feita uma análise dos indicadores de pobreza e desigualdade de renda por regiões também. Sendo assim, pretende-se analisar se há relação entre os desempenhos das regiões em termos de redução da pobreza e da desigualdade de renda e os seus respectivos volumes de gastos sociais.

<sup>16</sup> Os dados detalhados dos gastos sociais totais e dos tipos de gastos por regiões e por estados podem ser observados no Anexo.

**Tabela 6: Gasto Social Estadual per capita por Região 2003-2010**

Valores atualizados pelo IGP-DI, R\$ 2010

<b>Região</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
Centro-Oeste	985	1.005	1.032	1.150	1.195	1.286	1.372	1.405
Nordeste	541	545	574	667	662	720	820	866
Norte	677	686	746	872	908	1.012	1.088	1.130
Sudeste	786	814	845	924	938	1.130	1.186	1.195
Sul	681	733	796	889	918	919	1.083	1.157

Fontes: <sup>1</sup>SIAFI - STN/CCONT/GEINC.<sup>2</sup>IBGE. População estimada para 1º de julho.

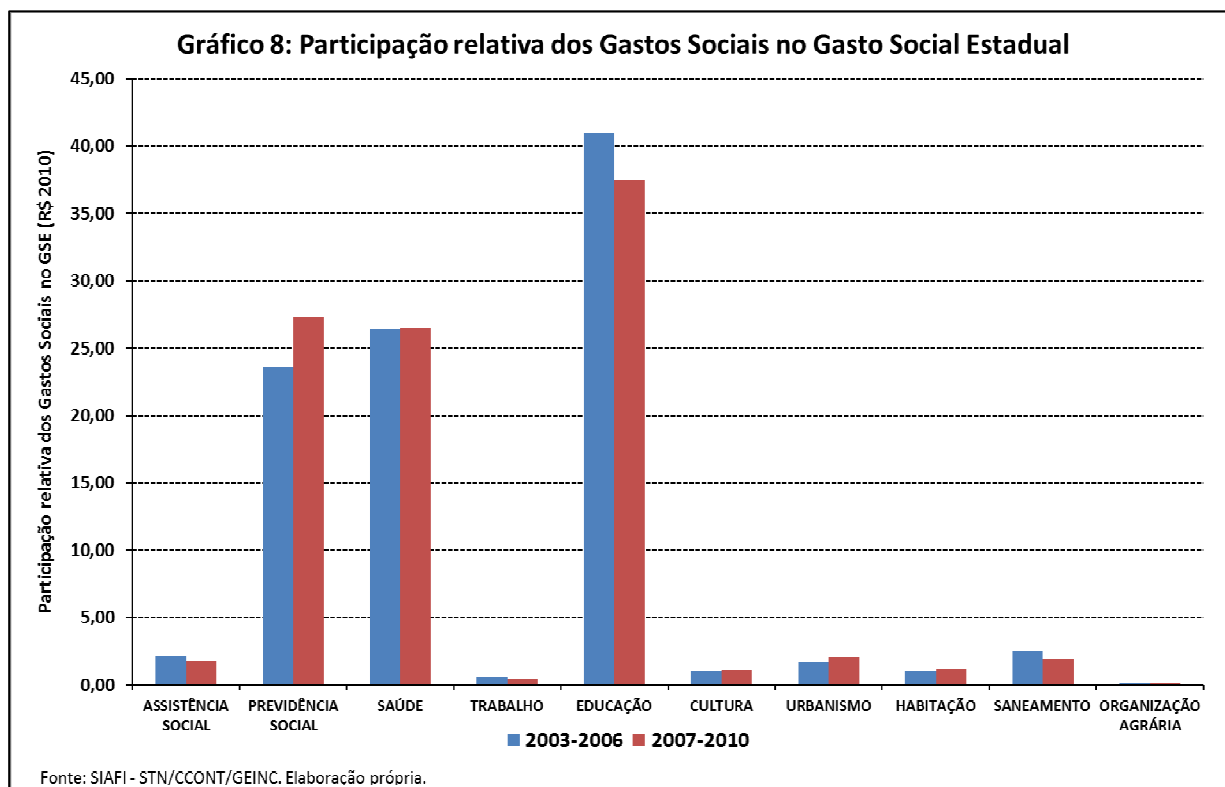
Elaboração própria.

Olhando para a tabela 6, percebe-se que os gastos sociais estaduais per capita também aumentam de um ano para outro no período de 2003 a 2010 em todas as regiões do país. A região que possui o maior crescimento do gasto social per capita é a região Sul, seguida por Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, respectivamente.

Os dados contidos nesta tabela podem ser contrastados com os apresentados no gráfico 7, na medida em que a região Sudeste, por exemplo, apresenta o maior volume de gastos sociais totais e, porém, um dos menores crescimentos do gasto social per capita entre as demais regiões no período 2003-2010.

Em termos de nível de gasto social per capita, a região Nordeste é a que possui o menor nível em todos os anos. Isso indica que ainda há muito que ser feito nos estados que compõem essa região, dado que o Nordeste é a segunda região mais populosa do país, atrás apenas do Sudeste, e, além disso, possui os maiores índices de pobreza e de desigualdade de renda do país, como pode ser visto a seguir.

Assim como foi feito para os gastos sociais federais, o gráfico a seguir tenta captar a evolução da participação dos diferentes tipos de gastos sociais por área de atuação no gasto social estadual total.



Como se vê no gráfico acima, diferentemente do Gasto Social Federal, o principal tipo de gasto que compõe o Gasto Social Estadual (GSE) é o gasto com Educação. Somando-se os gastos em Educação, Saúde e Previdência Social, atinge-se um total que supera 90% do GSE total.

É importante analisar a esfera estadual neste trabalho pelo fato de que muitas políticas sociais, como as políticas públicas de saúde, não devem ser creditadas apenas aos gastos da União, dado que estados e municípios têm elevada participação nos recursos aplicados neste setor.

A despeito das trajetórias crescentes tanto do Gasto Social Estadual total como do Gasto Social Estadual per capita por região, o gráfico 8 mostra que importantes áreas sociais têm sua participação diminuída, como Educação, Assistência Social e Saneamento. Apesar disso, os gastos com Previdência Social, Habitação e Urbanismo aumentam de um período para outro e os gastos com Saúde expressam um pequeno crescimento.

O comportamento decrescente da participação dos gastos em Educação percebido de forma agregada como mostra o gráfico 8 também é verificado para os diversos estados individualmente. A maioria dos estados mostra um padrão de queda (estados do Sul, com exceção do Paraná, e estados do Sudeste) ou manutenção (maioria dos estados do Norte e do Centro-Oeste, com exceção do Distrito Federal) da participação deste tipo de gasto ao longo do período 2003-2010. Em relação aos estados que compõem o Nordeste, há alguns que mantêm essa participação e outros que mostram queda na participação dos gastos em Educação<sup>17</sup>.

O padrão crescente da participação dos gastos em Previdência Social verifica-se para quase que a totalidade dos estados, com raras exceções em cada uma das regiões (Paraná, no Sul, Espírito Santo, no Sudeste, Ceará, Maranhão e Pernambuco, no Nordeste, e Distrito Federal, no Centro-Oeste).

Apesar da queda da participação dos gastos totais em Assistência Social, algumas regiões se destacam por elevar a participação relativa deste tipo de gasto. São elas: a região Norte, com destaque para o Acre, Amapá e Roraima, e a região Nordeste, em que se destacam o Rio Grande do Norte e a Paraíba. No Centro-Oeste, o Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal também apresentam uma participação deste gasto relativamente elevada comparativamente aos demais estados.

A participação dos gastos com Saúde nos gastos de cada estado exibe uma tendência estável de 2003 a 2010, o que se refletiu na trajetória agregada praticamente estável observada no gráfico.

Observa-se um aumento da participação dos gastos com Habitação e Urbanismo, o que tem relação com os objetivos dos governos estadual e federal em ampliar a oferta de moradias para a população através das diretrizes do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e de programas como o Minha Casa, Minha Vida. Este último programa consiste em uma parceria entre o governo federal e os estados, municípios e empresas.

---

<sup>17</sup> Ver Anexo.

Por fim, tem-se uma manutenção da participação dos gastos em Organização Agrária, Trabalho e Cultura e uma diminuição da participação dos gastos em Saneamento Básico. Na esfera federal, a participação deste último tipo de gasto é muito reduzida, porém cresce de um governo para outro, mesmo que esse crescimento seja quase imperceptível. No âmbito estadual, porém, há um decréscimo desta participação, o que é prejudicial para a obtenção de níveis de qualidade de vida superiores, sobretudo para a população mais carente e que vive em condições de saneamento rudimentares até os dias de hoje.

Após caracterizar as trajetórias dos gastos estaduais por área de atuação entre os dois períodos, a próxima seção irá analisar as relações entre os gastos sociais estaduais e os indicadores de pobreza e desigualdade de renda.

### ***III.2 Gastos Sociais Estaduais e os Indicadores de Pobreza e Desigualdade de Renda***

A fim de avaliar em que medida a evolução dos gastos sociais estaduais contribuiu para a redução dos índices de pobreza e desigualdade de renda, foram elaboradas tabelas que mostram o comportamento de tais indicadores para cada uma das regiões do país.

Primeiramente, analisa-se o comportamento da pobreza a partir de indicadores já utilizados anteriormente.

**Tabela 7: Proporção de Pobres por Região (%)**

<b>Região/Ano</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
Centro-Oeste	29,3	24,9	23,2	18,4	17,1	14,6	13,6
Nordeste	64,7	62,6	58,9	52,9	50,5	46,5	44,2
Norte	53,7	48,4	45,4	41,1	39,4	34,3	34,2
Sudeste	26,8	24,9	22,0	18,1	17,1	14,9	13,7
Sul	26,1	23,3	22,3	18,8	16,3	14,8	13,6

Fonte: IETS. Elaboração própria.

**Tabela 8: Proporção de Indigentes por Região (%)**

Região/Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Centro-Oeste	10,0	6,7	6,4	4,8	4,3	3,9	3,8
Nordeste	35,4	32,0	28,3	23,7	22,2	19,1	18,1
Norte	23,1	18,0	16,0	13,2	13,0	10,7	11,5
Sudeste	9,0	7,3	6,1	4,7	4,6	3,9	3,7
Sul	8,8	7,5	6,8	5,4	4,6	3,9	3,6

Fonte: IETS. Elaboração própria.

As tabelas 7 e 8 mostram que houve sucesso em termos da redução da pobreza e da indigência em todas as regiões do país no período de 2003 a 2009. No entanto, esses dados também mostram que ainda há uma considerável disparidade entre as regiões. As regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste apresentam as menores proporções de pobres e indigentes, enquanto as regiões Norte e Nordeste ainda possuem elevados níveis de pobreza e extrema pobreza, sobretudo a região Nordeste.

A próxima tabela expõe a evolução do nível de desigualdade de renda para cada região segundo o coeficiente de Gini para o período 2003-2009.

**Tabela 9: Evolução do Coeficiente de Gini por Região**

Região/Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Centro-Oeste	0,58	0,57	0,57	0,56	0,57	0,56	0,56
Nordeste	0,58	0,58	0,57	0,57	0,56	0,56	0,56
Norte	0,54	0,53	0,53	0,52	0,53	0,51	0,52
Sudeste	0,55	0,54	0,54	0,53	0,52	0,51	0,51
Sul	0,53	0,52	0,51	0,50	0,50	0,49	0,49

Fonte: IETS. Elaboração própria.

A redução da desigualdade de renda também pode ser verificada para todas as regiões. Com exceção do Centro-Oeste, as mesmas regiões que possuem os menores índices de pobreza e indigência também são aquelas com os menores níveis de desigualdade de renda. Além disso, os dados contidos na tabela acima confirmam a existência de significativas desigualdades regionais no Brasil.

A região Centro-Oeste é um caso interessante a ser analisado. Tal região apresenta um dos menores índices relativos de pobreza e indigência e, simultaneamente, o pior

indicador de desigualdade de renda (equivalente ao da região Nordeste). Apesar de possuir um dos menores volumes de gastos sociais totais perante as demais regiões, o Centro-Oeste apresenta os maiores níveis de gasto social per capita no período 2003-2010. Além disso, a região possui uma baixa proporção relativa de pobres e indigentes. Isso indica que há fortes evidências de que existe uma concentração de renda muito elevada na região, em que não há grande incidência de pobreza e indigência relativamente às demais regiões, porém a diferença entre a renda de ricos e pobres ainda é muito grande.

Os dados relativos à região Nordeste, por sua vez, não surpreendem tanto. Esta é uma região que ainda precisa melhorar bastante a qualidade de vida da sua população. Pelo gráfico 7, nota-se que os gastos sociais totais foram expandidos ao longo de todos os anos do período 2003-2010, bem como o gasto social per capita (tabela 6). Apesar de muitos dos programas assistenciais lançados pelo governo federal terem seus focos nesta região, os gastos em assistência social dos estados nordestinos apresentam uma parcela do gasto social total ainda reduzida (embora os volumes sejam crescentes no período analisado), sobretudo se for levado em conta o fato que os estados componentes dessa região são os mais carentes do país. Além disso, o Nordeste possui os menores níveis para o gasto social per capita comparativamente às demais regiões. Em 2010, quando o gasto social per capita de cada região já superava os R\$ 1.100,00, o do Nordeste ficou abaixo de R\$ 870,00. Esses fatores ajudam a explicar as elevadas proporções de pobres e indigentes que ainda se fazem presentes na região e os altos índices de desigualdade de renda. As carências de renda e de serviços básicos como saúde, saneamento básico, energia elétrica e educação fazem da região a mais pobre e a mais desigual do país. Os dados mostrados corroboram esse panorama e indicam que as políticas sociais federais e estaduais ainda precisam avançar bastante nessa região.

A região Norte é a região com os segundos maiores níveis de pobreza e indigência do Brasil. Assim como ocorre no Centro-Oeste, os volumes totais dos gastos sociais dessa região são baixos relativamente aos das demais regiões. Some-se a isso o fato de a região apresentar os menores volumes de gastos em Assistência Social, Saúde e Educação ao longo dos anos de 2003-2010. A despeito de ter reduzido consideravelmente a pobreza e a indigência neste período, esses indicadores mostram que há ainda nessa região uma

importante parcela da população que precisa ser atendida pelas políticas sociais. Apesar dos insatisfatórios níveis atuais de pobreza, a região possui um dos menores índices de desigualdade de renda do país. Esse comportamento do índice de Gini pode estar ligado ao esforço despendido pela região em aumentar significativamente o gasto social per capita ao longo dos anos. No entanto, comparando os níveis do índice de Gini em 2003 e em 2010, essa redução foi muito inferior às alcançadas pelas regiões Sudeste e Sul. Essa diferença pode ser explicada pelas distintas políticas adotadas por essas três regiões, sobretudo em termos de gastos com políticas assistenciais, com saúde e educação.

As regiões Sudeste e Sul podem ser analisadas conjuntamente, dada a semelhança dos indicadores de pobreza, indigência e de desigualdade de renda das duas regiões. Ambas conseguem as maiores reduções da pobreza e da desigualdade de renda. Além de terem aumentado consideravelmente o volume de gastos sociais totais, essas regiões apresentam níveis de gasto social per capita bastante elevados. A região Sudeste, apesar de ser bem mais populosa que a região Sul, não fica aquém desta última em termos do gasto social per capita, e isso indica que o esforço da região Sudeste foi significativo, dado que conseguiu atingir patamares semelhantes aos da região Sul, que possui uma população muito mais reduzida. Em termos de pobreza e indigência, pode-se dizer que as duas regiões encontram-se em posições iguais (tabelas 7 e 8). O período ascendente dos gastos sociais totais e do gasto social per capita coincide com o sucesso alcançado em termos de redução da pobreza e da desigualdade de renda pelas duas regiões. O coeficiente de Gini, porém, mostra que a desigualdade de renda na região Sudeste é maior que a da região Sul. Sem desmerecer o fato de o Sudeste ter alcançado a mesma redução no coeficiente de Gini que o Sul, deve-se ressaltar o fato de que a primeira região deve manter e/ou aumentar seus gastos sociais e implementar políticas que visem ao aumento do número de vagas escolares e a melhorias na educação para que consiga reduzir ainda mais seu grau de desigualdade de renda. O Sul e o Sudeste possuem níveis muito similares de gastos assistenciais per capita. No entanto, o Sul apresentou um crescimento dos gastos totais em Educação de 45% e um aumento de 34% do gasto em Educação per capita entre 2003 e 2010, enquanto o Sudeste apresentou aumentos de 10% e 1%, respectivamente. Essas últimas constatações ajudam a explicar o melhor desempenho do Sul frente ao Sudeste em termos de desigualdade de renda.



Sendo assim, buscou-se olhar para os dados de pobreza e desigualdade de renda das diferentes regiões e tentar explicar isso a partir do gráfico 7 e da tabela 6 que mostram, respectivamente, os volumes totais dos gastos sociais de cada região e os níveis do gasto social estadual per capita. Os demais dados mencionados podem ser observados no anexo apresentado no final do trabalho.

Após analisar a evolução dos indicadores de pobreza e desigualdade de renda para cada uma das regiões do país, tentando atrelar tal evolução ao comportamento dos seus gastos sociais, buscou-se, através dos dados estaduais, construir gráficos que mostrem relações entre estes gastos e os indicadores mencionados. Dada a coincidência entre os períodos de aumento dos gastos sociais estaduais e de queda da pobreza e da desigualdade de renda, esperam-se, portanto, relações negativas entre variações nos gastos sociais estaduais e as variações desses indicadores. Os gráficos abaixo foram elaborados com o intuito de demonstrar essas relações.

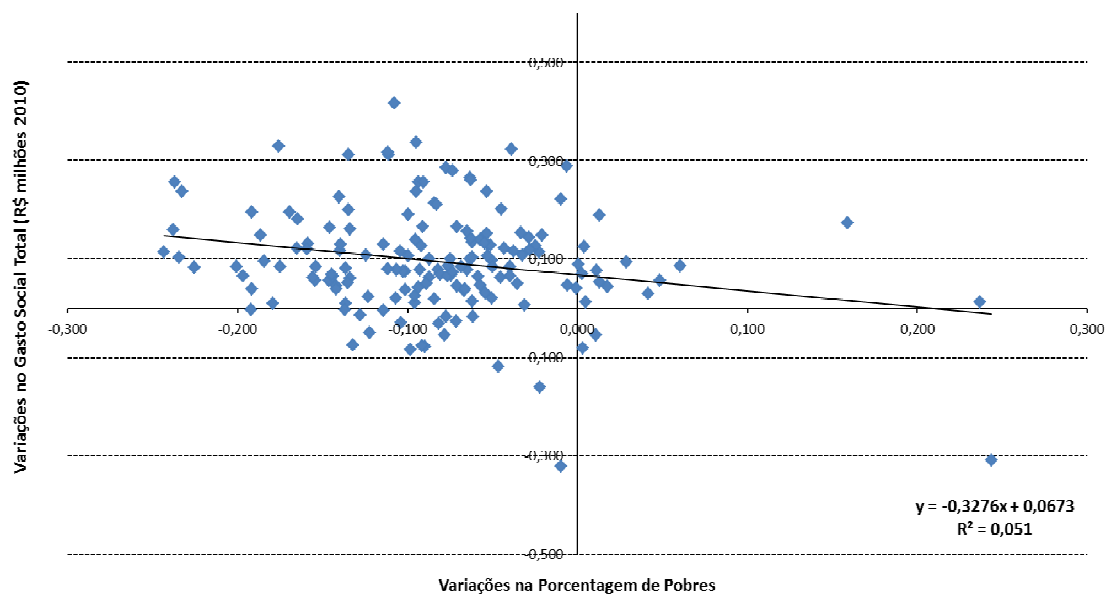
Foram construídos dois gráficos a partir dos dados de gastos sociais e dos indicadores de pobreza e desigualdade de renda (Gini) para os 27 estados no período de 2003-2009<sup>18</sup>. Escolheu-se apenas um indicador de pobreza (proporção de pobres), pois se entende que, dada uma relação para os gastos sociais estaduais e a pobreza, espera-se a mesma relação para eles e a proporção de indigentes.

Os gráficos 9 e 10 mostram correlações simples entre as variações das despesas sociais estaduais e as variações nos níveis de pobreza e desigualdade de renda, confirmando a existência de relações negativas entre os gastos sociais estaduais e esses indicadores socioeconômicos.

---

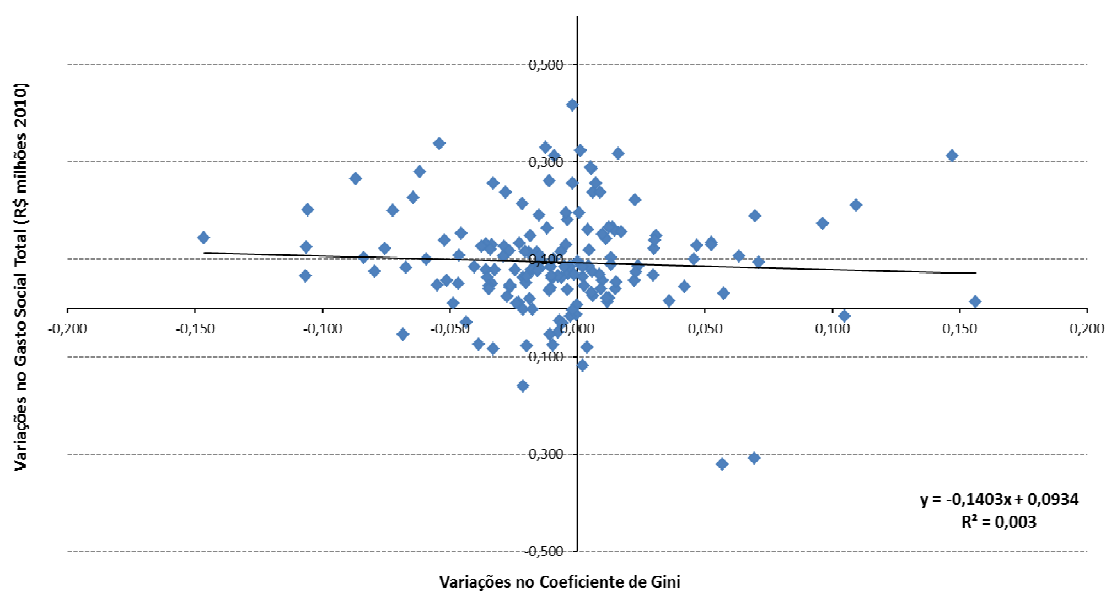
<sup>18</sup> Os dados de pobreza e desigualdade de renda encontram-se disponíveis até o ano de 2009.

**Gráfico 9: Variações Gastos Sociais Estaduais x Variações Porcentagem de Pobres**



Fontes: <sup>1</sup>SIAFI - STN/CCONT/GEINC.  
<sup>2</sup>IETS.  
Elaboração própria.

**Gráfico 10: Variações Gastos Sociais Estaduais x Variações Coeficiente de Gini**



Fontes: <sup>1</sup>SIAFI - STN/CCONT/GEINC.  
<sup>2</sup>IETS.  
Elaboração própria.

A partir destes gráficos e dos dados apresentados anteriormente, conclui-se que no período analisado (2003-2010) há um significativo crescimento dos gastos sociais estaduais e do gasto social per capita de cada região e, simultaneamente, uma considerável melhora dos indicadores de pobreza e desigualdade de renda nas regiões do país. Além disso, os dois últimos gráficos mostram que maiores níveis de gastos sociais estaduais estão relacionados a menores níveis de pobreza e desigualdade de renda, o que indica que os esforços sociais despendidos pelos estados podem contribuir para o aumento do bem-estar de suas populações.

Por fim, tem-se que as quedas nas proporções de pobres e indigentes e as reduções nos níveis de desigualdade de renda dos estados e regiões foram acompanhadas de sucessivos aumentos dos gastos sociais estaduais no período 2003-2010. Esse esforço, acompanhado pelo crescimento dos gastos sociais federais, deve ser mantido ou ampliado, para que os estados atinjam permanentemente menores índices de pobreza e desigualdade de renda, oferecendo melhores condições de vida para seus habitantes. Há que se ressaltar que, apesar do sucesso obtido em termos da redução da pobreza e da desigualdade de renda estaduais, disparidades entre as diferentes regiões brasileiras ainda se fazem presentes. Isso reforça a necessidade de que alguns estados e regiões expandam ainda mais suas políticas sociais, com destaque para o Norte e o Nordeste.

## **CONCLUSÃO**

A análise desenvolvida neste trabalho sobre a evolução e a dinâmica dos gastos sociais federais e estaduais caracteriza o período 2003-2010 como sendo um período de expansão contínua e crescente dos gastos sociais. Para o Brasil, um país com um número ainda considerável de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza e com uma elevada concentração de recursos, esses resultados são de extrema relevância e mostram que houve uma preocupação do governo em reduzir as disparidades sociais no país.

Em relação à esfera federal, analisando os dados do gasto social per capita e do GSF como um todo, verificam-se crescimentos reais durante todo o período. Observa-se que o

governo expandiu constantemente o GSF em ritmo mais acelerado que o crescimento econômico e populacional e em proporções cada vez maiores do Gasto Público Total. Isso configurou um processo em que se verifica a ênfase na prioridade fiscal dada ao gasto social ao longo dos anos analisados.

Analisando os gastos sociais federais por área de atuação, em termos de participações relativas, nota-se que o governo federal concentrou seus esforços nas áreas de Previdência Social, Assistência Social, Educação, Trabalho e Saúde. De um modo geral, o governo buscou atender as demandas previdenciárias e por bens e serviços públicos da população, as exigências colocadas pelo mercado de trabalho e as necessidades da população de baixa renda. Os gastos em Assistência Social, por sua vez, são os que têm sua participação no GSF aumentada em maior proporção na passagem de um governo para outro. Este, de fato, foi um dos maiores marcos da gestão de Lula. Por outro lado, os gastos com Saúde e Saneamento perdem sua importância relativa entre os dois governos. Este fato constitui uma deficiência da política social adotada, dado que os serviços de saúde e saneamento básico ainda não são capazes de atender devidamente a demanda da população.

Quanto à utilização dos gastos sociais para o combate à pobreza e à desigualdade de renda no Brasil, tem-se que em todo o período de 2003-2010 os movimentos de redução desses indicadores são acompanhados por expansão dos gastos sociais federais. Confirmou-se, portanto, um dos êxitos que vem sendo atribuído a esse governo. Houve uma significativa redução da pobreza e da indigência no país, o que está relacionado, em grande parte, aos programas assistenciais lançados pelo governo no início do primeiro mandato de Lula. Além disso, vale destacar que a combinação da expansão dos gastos assistenciais e dos gastos com proteção ao trabalhador gerou redução da pobreza e da desigualdade de renda no país. Contudo, essas iniciativas tendem a ter maiores efeitos no curto prazo, sem muita relevância no longo prazo, caso não sejam acompanhadas de políticas sociais estruturantes, como a ampliação dos serviços básicos de educação e saúde. É notório o fato que o Brasil experimentou uma trajetória de redução da desigualdade de renda jamais antes verificada. Desde 2003, os indicadores de desigualdade de renda atingiram seus menores patamares históricos.

Em termos dos gastos sociais estaduais, também se observa um comportamento ascendente para o período 2003-2010. Todas as regiões do país expandem tanto seus gastos sociais totais como o gasto social per capita. As regiões que apresentam o maior crescimento dos gastos sociais entre 2003 e 2010 são o Sudeste e o Nordeste. Dentro dos gastos sociais estaduais totais, a região Sudeste é a que apresenta os maiores dispêndios sociais, enquanto a região Norte possui os menores níveis de gastos.

Os principais componentes do Gasto Social Estadual são: Educação, Saúde e Previdência Social. Somando-se os volumes gastos com essas áreas de atuação, atinge-se um total que supera 90% do GSE total. As diferenças nos pesos dos gastos com Educação e Saúde entre as esferas estadual e federal deve-se, em grande medida, ao processo de descentralização que foi conduzido no final da década de 90 e início dos anos 2000, transferindo aos estados e aos municípios a competência e a crescente responsabilidade de aumentar os gastos sociais destinados a essas áreas (Castro, J. A. de et al., 2003).

Assim como ocorre para o Brasil como um todo, verifica-se para as regiões e estados do país um movimento de queda da pobreza e da desigualdade de renda. Mais uma vez, esse processo vem acompanhado de sucessivos aumentos dos gastos sociais estaduais totais e per capita. As últimas relações apresentadas mostraram que, de fato, maiores volumes de gastos sociais estaduais estão relacionados com menores níveis de pobreza e desigualdade de renda. Apesar disso, nota-se que algumas regiões foram muito mais bem sucedidas nessa questão do que outras. As regiões Norte e Nordeste ainda possuem um nível de pobreza elevado; o Nordeste, principalmente, além de ser a região do país com o maior número de pobres e indigentes, é também a que apresenta o maior nível de desigualdade de renda. Esses resultados indicam que as políticas sociais federais e estaduais devem atentar para o problema das desigualdades regionais no país, dobrando seus esforços e a fiscalização nas regiões e estados com os piores indicadores socioeconômicos.

As políticas governamentais realizadas no Brasil, em que ações de desenvolvimento social se tornaram prioritárias, foram norteadoras para a alocação dos recursos públicos e a realização de um conjunto de diretrizes e ações destinadas a proporcionar bens e serviços à população. O aumento dos rendimentos do trabalho e as novas oportunidades de emprego

também foram importantes mecanismos para a redução do número de pobres no país. Não obstante, é importante ressaltar que, para combater mais eficazmente a pobreza e a desigualdade de renda no país, as políticas sociais, sejam estruturais ou compensatórias, devem ser utilizadas juntamente com políticas econômicas proativas, tanto de natureza tributária, com o propósito de promover a maior desconcentração da renda nacional, como de caráter fiscal, com o intuito de ampliar o nível de atividade econômica, gerando as condições necessárias para a criação de novos postos de trabalho.

Os gastos puramente assistenciais são direcionados, geralmente, para aquelas pessoas que não conseguiriam sobreviver adequadamente sem a ajuda do governo. No entanto, essas transferências devem vir acompanhadas de programas e políticas governamentais que visem ao desenvolvimento socioeconômico de longo prazo, retirando a população mais carente da pobreza e, ao mesmo tempo, contribuindo para que ela alcance maiores qualificações e facilitando a sua inserção no mercado de trabalho. Esse processo se traduz em um círculo virtuoso, em que se atingem menores graus de desigualdades sociais e de renda no longo prazo, permitindo uma redução da pobreza ainda maior no país.

Por fim, mesmo considerando que o crescimento significativo dos gastos sociais federais e estaduais proporcionou significativa expansão no sistema de proteção social vigente, não se deve perder de vista que parte considerável das necessidades sociais da população brasileira ainda não foi atendida, o que vai exigir a ampliação do acesso a bens e serviços sociais existentes e a serem criados. Além disso, é necessária a promoção de melhorias na qualidade da oferta de bens e serviços públicos prestados, o que pode exigir uma ampliação ainda maior do gasto social.

## ANEXO

**Tabela A1: Indicadores de Pobreza e Desigualdade de Renda nas Décadas de 80 e 90**

Ano	Proporção de Pobres (%)	Coeficiente de Gini
1981	40,8	0,58
1982	41,0	0,59
1983	48,7	0,60
1984	48,3	0,59
1985	42,0	0,60
1986	26,4	0,59
1987	38,7	0,60
1988	43,6	0,62
1989	41,4	0,64
1990	41,9	0,61
1992	42,1	0,58
1993	43,0	0,60
1995	35,1	0,60
1996	34,7	0,60
1997	35,2	0,60
1998	34,0	0,60
1999	35,3	0,59

Fonte: Ipeadata. Elaboração própria.

Obs.: Não há dados disponíveis para o ano de 1980.

**Tabela A2: Índice de Gini 2001-2009**

País	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Afganistão								29,40	
Albânia		28,15		31,09	33,03			34,51	
Argentina		52,52		50,63	50,03	48,77			45,84
Armênia	36,22	35,66	33,80					30,86	
Azerbaijão	36,50				16,83			33,71	
Bangladesh					31,02				
Belarus	30,66	29,73		26,22	27,92			27,22	
Benin			38,62						
Butão			46,83						
Bolívia					58,19		57,26		
Bósnia e Herzegovina	28,03			35,78			36,21		
<b>Brasil</b>	<b>58,69</b>	<b>58,23</b>	<b>57,61</b>	<b>56,99</b>	<b>56,39</b>			<b>54,52</b>	<b>53,90</b>
Bulgária	34,34		29,22				45,32		

Camboja				41,85			44,37		
Cabo Verde		50,52							
Chile			54,92			52,00			52,33
China					41,53				
Colômbia			58,83			58,49			
Congo, Rep.					47,32				
Costa Rica	49,96		49,76		47,23				50,31
Croácia	31,10			28,99				33,65	
República Dominicana			51,88		49,97	51,91	48,44		
Equador			62,09		53,65		54,37		48,99
Egito					32,14				
El Salvador		52,32	49,37		49,70			46,57	
Estônia	36,90	36,81	35,78	36,00					
Etiópia					29,76				
Gabão					41,45				
Geórgia	36,90	40,31	40,37		40,78			41,34	
Gana						42,76			
Guatemala		55,34				53,69			
Guiné			43,34				39,35		
Guiné-Bissau		35,52							
Haiti	59,50								
Honduras			53,88		56,71		57,70		
Hungria	26,92	26,82		30,04			31,18		
Índia					36,80				
Indonésia					39,41		37,58		36,76
Irã					38,28				
Iraque							30,86		
Israel	39,20								
Jamaica		48,34		45,51					
Lituânia	32,40	32,33		35,81				37,57	
Luxemburgo									
Macedônia		38,75	38,95					44,20	
Madagascar	47,47				47,24				
Malauí				39,02					
Malásia				37,91					46,21
México		51,17		50,93		50,07		51,74	
Mongólia		32,84			33,03				
Marrocos	40,63						40,88		
Moçambique			47,11					45,66	



Nepal				47,30					
Nicarágua	50,30				52,33				
Níger					43,89		34,04		
Nigéria				42,93					
Paquistão		30,39			31,18	32,74			
Panamá	56,49	56,51		54,88		54,93			52,34
Paraguai		57,98			53,89		53,34	51,95	
Peru	53,01	54,65			51,97	49,55			47,96
Filipinas			44,48			44,04			
Polônia	32,84	34,05		35,88	34,92			34,21	
Qatar							41,10		
Romênia	30,57	31,46			31,50			31,15	
Rússia	39,60	35,70			37,51			42,27	
Senegal	41,25				39,19				
Serra Leoa			42,52						
Eslovênia		29,15	30,82	31,15					
África do Sul						67,40			
Sri Lanka		41,06					40,26		
Tanzânia							37,58		
Tailândia		41,96		42,45					
Timor-Leste	39,52						31,93		
Togo						34,41			
Turquia		42,71		43,09	43,23				
Uganda		45,77			42,62				44,30
Ucrânia		28,28			28,21			27,51	
Uruguai	44,96		44,83		44,94	46,24			42,42
Venezuela			48,20		47,61	43,50			
Vietnã		37,55		39,16		37,77		37,57	
Îemen, Rep.					37,69				
Zâmbia			42,08	50,74					

Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria.

**Tabela A3.1: Gastos Sociais Totais e por Área de Atuação por Regiões e Estados**

1. CENTRO-OESTE								
GASTOS SOCIAIS (R\$ 2010)	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.082.948.651	488.240.998	535.304.728	513.008.020	439.941.411	609.009.501	740.329.329	785.774.354
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.090.852.518	3.159.628.493	3.152.651.331	3.605.081.501	3.860.362.389	3.915.979.652	4.425.657.292	4.845.384.633
SAÚDE	2.633.701.852	3.324.925.338	3.617.095.624	4.092.788.626	4.802.698.288	4.769.185.300	4.964.460.306	5.099.055.187
TRABALHO	89.254.646	69.986.615	86.023.699	124.525.760	89.987.125	92.319.199	127.198.739	112.489.250
EDUCAÇÃO	4.005.712.992	4.029.530.075	4.203.358.371	4.818.276.954	5.163.916.580	6.217.168.938	6.804.495.914	7.208.719.991
CULTURA	116.961.981	132.026.496	186.409.106	179.876.271	145.146.255	154.232.006	185.731.009	206.979.420
URBANISMO	929.544.496	1.039.993.850	1.142.547.050	1.407.781.569	1.072.304.262	1.288.769.211	1.165.937.211	969.421.014
HABITAÇÃO	116.533.430	174.889.600	191.463.799	103.057.942	74.444.490	58.333.074	128.677.251	90.977.700
SANEAMENTO	150.067.885	153.309.105	22.035.017	45.704.277	74.850.612	86.325.291	77.792.820	14.801.060
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	31.898.763	23.102.831	18.067.881	14.666.121	10.652.627	9.329.099	11.110.488	18.498.578
<b>TOTAL</b>	<b>12.247.477.214</b>	<b>12.595.633.402</b>	<b>13.154.956.607</b>	<b>14.904.767.040</b>	<b>15.734.304.039</b>	<b>17.200.651.273</b>	<b>18.631.390.358</b>	<b>19.352.101.187</b>
1.1 Distrito Federal								
ASSISTÊNCIA SOCIAL	309.715.059	291.983.616	325.557.602	346.457.610	305.770.914	329.124.994	387.126.055	419.016.763
PREVIDÊNCIA SOCIAL	917.342.909	747.099.017	794.106.456	896.978.039	969.031.873	961.229.520	1.075.220.523	1.180.159.029
SAÚDE	996.285.274	1.145.491.816	1.319.846.776	1.610.841.958	1.924.325.170	1.759.238.955	1.769.907.878	1.826.944.205
TRABALHO	32.906.209	29.036.380	48.759.894	73.762.682	35.137.730	49.876.750	75.736.893	59.021.186
EDUCAÇÃO	1.207.496.576	1.006.345.738	1.078.322.839	1.334.912.685	1.418.133.300	2.408.518.690	2.788.738.391	2.870.855.965
CULTURA	58.476.835	63.519.543	61.942.448	64.414.982	78.735.417	103.630.898	118.911.739	152.748.801
URBANISMO	917.880.088	1.019.743.343	1.103.442.122	1.350.439.514	999.416.219	1.111.266.837	1.096.383.584	848.397.020
HABITAÇÃO	51.065.344	56.131.402	48.831.500	9.407.274	43.632.635	9.896.282	32.742.026	36.003.805
SANEAMENTO	150.059.368	149.867.225	18.564.786	38.089.284	66.006.490	80.982.000	46.527.605	14.237.352
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>4.641.227.662</b>	<b>4.509.218.080</b>	<b>4.799.374.421</b>	<b>5.725.304.028</b>	<b>5.840.189.750</b>	<b>6.813.764.926</b>	<b>7.391.294.693</b>	<b>7.407.384.125</b>
1.2 Goiás								
ASSISTÊNCIA SOCIAL	541.910.233	55.990.264	65.958.405	48.912.581	49.739.501	105.313.592	123.385.519	155.439.487
PREVIDÊNCIA SOCIAL	950.025.568	1.198.815.018	1.085.405.454	1.240.395.994	1.315.293.753	1.338.716.667	1.454.489.497	1.539.474.447
SAÚDE	770.376.950	1.164.790.191	1.182.917.288	1.287.328.082	1.484.320.896	1.502.157.821	1.588.650.432	1.697.268.885
TRABALHO	10.913.464	14.258.348	17.221.435	19.646.185	19.896.781	10.234.883	6.548.024	8.875.720
EDUCAÇÃO	1.463.507.622	1.526.897.792	1.611.934.751	1.831.564.664	1.876.161.019	1.746.670.485	1.792.770.946	2.132.199.132
CULTURA	20.966.477	25.944.271	75.220.484	59.436.250	27.604.568	25.248.027	27.390.740	23.959.299
URBANISMO	11.664.408	20.250.507	15.639.893	5.783.012	1.838.216	870.257	45.965.462	19.246.345
HABITAÇÃO	10.899.961	77.615	3.967.661	0	0	235.421	7.153.650	6.014.586
SANEAMENTO	8.517	2.681.311	3.396.846	2.715.972	5.040.470	3.706.141	3.263.147	563.708
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	118.084	248.521	371.979	1.416.603	1.831.280	27.139	0	31.997
<b>TOTAL</b>	<b>3.780.391.286</b>	<b>4.009.953.839</b>	<b>4.062.034.197</b>	<b>4.497.199.343</b>	<b>4.781.726.486</b>	<b>4.733.180.434</b>	<b>5.049.617.418</b>	<b>5.583.073.605</b>
1.3 Mato Grosso do Sul								
ASSISTÊNCIA SOCIAL	210.009.149	123.615.352	130.383.805	110.853.868	80.309.490	166.537.068	218.068.849	199.654.131
PREVIDÊNCIA SOCIAL	528.171.109	540.209.006	605.858.407	750.732.836	778.184.347	778.328.998	914.452.116	988.928.441
SAÚDE	319.599.413	370.340.496	434.423.250	489.628.733	580.942.744	658.802.650	700.490.287	737.888.922

TRABALHO	45.434.973	12.390.416	6.325.302	5.816.131	8.164.067	3.304.177	12.036.946	8.897.053
EDUCAÇÃO	621.367.488	681.912.096	616.032.188	714.155.931	811.730.249	883.367.857	1.013.221.039	873.796.350
CULTURA	32.186.488	35.821.417	27.017.601	28.326.936	16.089.947	9.814.616	16.449.887	13.084.868
URBANISMO	0	0	0	0	0	70.608.444	5.484.713	38.879.330
HABITAÇÃO	7.102.848	19.786.503	23.128.276	28.591.579	10.299.728	15.337.140	27.985.070	16.479.184
SANEAMENTO	0	0	0	0	0	0	0	0
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	20.343.193	5.148.905	2.847.579	3.395.998	521.325	246.804	359.100	273.444
<b>TOTAL</b>	<b>1.784.214.659</b>	<b>1.789.224.190</b>	<b>1.846.016.408</b>	<b>2.131.502.011</b>	<b>2.286.241.897</b>	<b>2.586.347.754</b>	<b>2.908.548.006</b>	<b>2.877.881.722</b>

#### 1.4 Mato Grosso

ASSISTÊNCIA SOCIAL	21.314.210	16.651.766	13.404.917	6.783.961	4.121.505	8.033.848	11.748.905	11.663.973
PREVIDÊNCIA SOCIAL	695.312.932	673.505.452	667.281.015	716.974.631	797.852.416	837.704.467	981.495.156	1.136.822.716
SAÚDE	547.440.215	644.302.835	679.908.311	704.989.854	813.109.477	848.985.874	905.411.710	836.953.176
TRABALHO	0	14.301.471	13.717.069	25.300.762	26.788.547	28.903.389	32.876.876	35.695.292
EDUCAÇÃO	713.341.305	814.374.449	897.068.593	937.643.673	1.057.892.012	1.178.611.905	1.209.765.538	1.331.868.544
CULTURA	5.332.182	6.741.265	22.228.572	27.698.102	22.716.321	15.538.464	22.978.644	17.186.453
URBANISMO	0	0	23.465.035	51.559.043	71.049.826	106.023.673	18.103.452	62.898.319
HABITAÇÃO	47.465.278	98.894.079	115.536.361	65.059.089	20.512.127	32.864.231	60.796.505	32.480.124
SANEAMENTO	0	760.569	73.385	4.899.021	3.803.653	1.637.150	28.002.067	0
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	11.437.486	17.705.406	14.848.324	9.853.520	8.300.022	9.055.156	10.751.388	18.193.137
<b>TOTAL</b>	<b>2.041.643.608</b>	<b>2.287.237.293</b>	<b>2.447.531.582</b>	<b>2.550.761.657</b>	<b>2.826.145.907</b>	<b>3.067.358.158</b>	<b>3.281.930.240</b>	<b>3.483.761.734</b>

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC. Elaboração própria.

**Tabela A3.2: Gastos Sociais Totais e por Área de Atuação por Regiões e Estados**

2. NORDESTE								
GASTOS SOCIAIS R\$ 2010	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
ASSISTÊNCIA SOCIAL	761.154.877	708.335.322	756.928.590	834.312.106	726.717.607	788.280.392	892.390.128	1.090.241.544
PREVIDÊNCIA SOCIAL	7.890.672.854	8.323.984.564	7.888.744.754	9.662.103.245	9.512.228.211	9.846.101.890	11.481.423.625	12.138.343.749
SAÚDE	6.411.958.406	7.421.003.504	8.455.605.002	9.420.784.467	10.325.255.900	11.534.563.311	12.940.305.809	13.292.618.592
TRABALHO	217.203.912	228.459.370	283.744.621	292.691.444	254.562.490	295.252.744	416.734.290	397.482.093
EDUCAÇÃO	9.918.456.771	9.051.474.304	9.863.902.618	10.721.981.236	11.407.171.333	11.944.312.057	13.705.951.097	14.850.682.058
CULTURA	272.199.926	258.085.818	333.345.901	353.326.134	358.200.222	465.798.685	521.589.393	519.931.682
URBANISMO	552.763.545	444.701.769	317.094.545	637.571.415	316.135.692	738.895.991	790.953.644	1.132.084.080
HABITAÇÃO	74.986.060	166.301.483	222.424.488	349.831.679	166.871.613	418.102.128	498.437.763	580.915.799
SANEAMENTO	553.694.804	557.185.467	769.381.752	1.595.163.290	902.579.827	1.286.488.391	1.651.014.836	1.670.060.335
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	42.083.613	36.790.633	46.908.034	58.925.866	47.029.220	46.482.700	39.653.443	71.115.791
<b>TOTAL</b>	<b>26.695.174.767</b>	<b>27.196.322.235</b>	<b>28.938.080.306</b>	<b>33.926.690.883</b>	<b>34.016.752.115</b>	<b>37.364.278.288</b>	<b>42.938.454.027</b>	<b>45.743.475.721</b>

#### 2.1 Sergipe

ASSISTÊNCIA SOCIAL	29.769.705	51.977.237	48.530.914	72.893.164	42.786.952	65.649.464	81.250.570	91.276.155
PREVIDÊNCIA SOCIAL	313.342.535	351.059.521	381.057.766	535.017.016	466.749.741	557.483.016	693.467.600	812.905.746
SAÚDE	399.842.896	403.887.691	399.269.962	512.963.155	573.561.053	604.038.369	637.181.930	668.898.020
TRABALHO	18.631.178	15.733.951	18.497.406	21.833.565	30.976.240	5.311.901	14.134.455	17.412.901
EDUCAÇÃO	490.991.025	470.127.381	547.579.248	639.122.408	643.594.240	653.690.061	740.406.878	839.955.923

CULTURA	6.969.501	6.404.864	8.148.388	13.789.884	11.163.754	13.000.724	12.561.860	17.281.011
URBANISMO	13.271.793	33.445.110	24.487.649	46.199.211	3.641.765	12.597.843	22.141.746	78.053.490
HABITAÇÃO	30.767.631	13.282.399	930.707	877.227	88.664	10.122.511	11.424.713	4.263.921
SANEAMENTO	75.172.993	147.042.921	110.776.480	74.117.600	18.250.260	70.653.590	99.118.946	78.269.250
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0	0	0	601.694	63.220	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>1.378.759.258</b>	<b>1.492.961.076</b>	<b>1.539.278.520</b>	<b>1.917.414.923</b>	<b>1.790.875.888</b>	<b>1.992.547.479</b>	<b>2.311.688.698</b>	<b>2.608.316.416</b>

#### 2.2 Rio Grande do Norte

ASSISTÊNCIA SOCIAL	171.022.592	188.090.117	210.447.828	204.547.999	185.300.452	171.849.675	223.484.141	171.080.307
PREVIDÊNCIA SOCIAL	461.721.948	464.822.518	513.453.611	747.555.615	843.670.308	886.808.698	965.302.677	908.568.190
SAÚDE	500.960.204	622.423.040	670.055.057	751.604.554	988.295.503	956.320.529	1.048.139.026	916.073.657
TRABALHO	1.697.855	12.417.906	7.073.728	9.583.808	11.131.865	8.949.862	22.574.672	7.074.780
EDUCAÇÃO	662.699.580	691.676.362	781.292.939	907.943.352	1.003.848.030	960.236.350	1.018.203.741	1.034.589.297
CULTURA	21.915.439	23.210.569	35.867.953	21.611.334	24.700.392	27.475.105	26.688.359	17.152.176
URBANISMO	4.068.932	2.540.636	920.691	14.209.460	7.389.777	8.482.822	11.080.610	9.364.938
HABITAÇÃO	665.183	23.516.691	14.829.959	69.696.853	18.621.868	46.551.620	14.483.695	16.357.727
SANEAMENTO	14.104.102	0	376.133	4.557.337	1.980.060	250.457	0	0
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	4.614.395	4.752.032	7.163.824	6.717.114	4.689.085	9.636.034	5.769.993	6.524.463
<b>TOTAL</b>	<b>1.843.470.230</b>	<b>2.033.449.869</b>	<b>2.241.481.721</b>	<b>2.738.027.426</b>	<b>3.089.627.340</b>	<b>3.076.561.153</b>	<b>3.335.726.914</b>	<b>3.086.785.534</b>

#### 2.3 Piauí

ASSISTÊNCIA SOCIAL	74.510.082	7.524.445	55.179.218	39.251.194	42.271.913	14.050.206	15.206.633	14.964.993
PREVIDÊNCIA SOCIAL	188.842.339	269.742.062	235.552.157	806.850.834	414.140.796	400.623.916	731.654.727	782.710.421
SAÚDE	321.213.886	221.150.945	455.322.108	526.933.513	609.407.664	1.092.495.649	762.420.977	771.479.276
TRABALHO	3.327.496	901.661	10.369.045	13.037.763	16.185.845	5.956.687	22.238.937	34.680.481
EDUCAÇÃO	777.982.702	622.556.538	713.829.614	549.425.269	703.157.842	309.483.829	757.801.813	919.460.211
CULTURA	7.618.905	1.433.090	10.737.395	10.572.316	18.385.496	26.811.555	10.473.664	5.139.324
URBANISMO	2.289.972	708.343	1.728.926	30.083.113	10.838.055	51.940.978	70.349.344	118.027.207
HABITAÇÃO	0	0	0	0	6.247.463	1.593.408	62.102.718	32.701.293
SANEAMENTO	189.081	5.661.444	16.720.206	8.982.011	3.593.098	5.488.117	44.130.244	23.297.259
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	3.326.320	2.027.059	4.762.304	6.004.743	8.780.764	2.770.892	1.142.720	590.132
<b>TOTAL</b>	<b>1.379.300.783</b>	<b>1.131.705.588</b>	<b>1.504.200.973</b>	<b>1.991.140.755</b>	<b>1.833.008.935</b>	<b>1.911.215.239</b>	<b>2.477.521.778</b>	<b>2.703.050.595</b>

#### 2.4 Pernambuco

ASSISTÊNCIA SOCIAL	56.279.236	44.422.999	35.262.961	24.470.672	12.486.944	27.974.551	30.410.715	35.607.837
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.626.750.102	1.759.969.627	1.846.528.953	1.977.738.985	2.052.478.971	2.124.266.286	2.268.728.604	2.378.018.250
SAÚDE	1.128.371.735	1.350.254.715	1.706.394.760	1.903.124.581	2.151.652.784	2.407.775.630	2.887.919.638	2.949.971.960
TRABALHO	83.534.994	84.913.630	93.013.238	107.231.855	107.826.425	134.728.598	142.442.670	147.774.816
EDUCAÇÃO	954.812.386	1.013.014.815	1.164.583.057	1.275.125.752	1.527.460.494	1.738.298.772	1.946.662.498	2.247.232.177
CULTURA	19.299.965	32.692.413	30.223.212	39.342.472	62.481.275	110.049.904	117.748.359	107.412.472
URBANISMO	19.454.121	37.405.670	35.565.790	76.705.192	46.869.865	94.684.794	107.991.253	98.581.014
HABITAÇÃO	11.310.238	8.883.073	15.644.682	20.355.406	15.919.478	32.166.697	74.480.257	159.168.671
SANEAMENTO	2.809.709	12.706.993	535.926	12.688.067	178.486.904	319.690.131	334.186.743	480.360.259
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	373.598	643.244	1.691.123	4.020.947	797.925	2.423.313	1.120.935	1.590.852
<b>TOTAL</b>	<b>3.902.996.084</b>	<b>4.344.907.179</b>	<b>4.929.443.701</b>	<b>5.440.803.927</b>	<b>6.156.461.065</b>	<b>6.992.058.677</b>	<b>7.911.691.671</b>	<b>8.605.718.307</b>

#### 2.5 Paraíba

ASSISTÊNCIA SOCIAL	63.091.355	101.260.968	115.413.610	156.927.061	97.698.416	104.408.749	72.648.963	169.227.856
PREVIDÊNCIA SOCIAL	602.575.311	628.499.159	459.685.613	522.328.313	535.186.166	564.045.665	894.996.079	892.559.732
SAÚDE	415.913.328	417.749.515	520.073.380	554.238.802	691.427.067	751.927.540	954.467.960	869.606.336
TRABALHO	2.047.688	3.303.114	2.399.014	1.787.130	2.952.925	677.185	1.262.778	1.661.880
EDUCAÇÃO	645.421.028	657.210.751	766.726.131	862.275.960	848.999.703	863.585.120	1.087.079.215	1.149.209.235
CULTURA	13.571.230	11.057.716	11.309.880	8.610.389	8.514.472	8.618.452	23.548.304	11.066.549
URBANISMO	0	18.863.699	17.760.991	40.240.176	26.810.389	33.548.714	21.070.411	13.600.969
HABITAÇÃO	740.616	2.299.255	3.372.239	18.596.417	26.867.609	53.029.095	21.882.177	31.963.002
SANEAMENTO	0	10.223.908	82.794.678	54.365.605	33.091.767	25.723.403	97.431.384	74.275.667
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0	8.700.538	7.412.034	7.089.081	6.534.557	9.256.171	10.737.485	9.868.296
<b>TOTAL</b>	<b>1.743.360.556</b>	<b>1.859.168.624</b>	<b>1.986.947.570</b>	<b>2.226.458.934</b>	<b>2.278.083.070</b>	<b>2.414.820.095</b>	<b>3.185.124.755</b>	<b>3.223.039.522</b>

#### 2.6 Alagoas

ASSISTÊNCIA SOCIAL	26.125.198	8.845.852	6.605.235	8.421.996	7.464.454	8.267.279	12.357.530	22.253.241
PREVIDÊNCIA SOCIAL	323.430.933	323.879.428	317.416.083	340.677.119	364.388.079	389.320.384	438.864.256	450.196.282
SAÚDE	356.928.227	412.805.749	489.681.466	498.426.952	508.639.614	572.102.410	688.955.192	657.650.040
TRABALHO	4.125.390	5.034.674	3.614.679	4.295.395	4.253.471	1.569.728	4.278.493	4.599.953
EDUCAÇÃO	645.049.262	622.880.240	490.236.622	550.708.341	606.700.098	644.009.379	643.317.639	709.736.418
CULTURA	10.943.038	7.599.691	6.825.652	6.252.305	4.043.980	6.627.276	9.946.446	14.468.381
URBANISMO	3.569.049	8.214.213	46.282.456	2.785.112	114.095	33.431	11.341.372	36.714.349
HABITAÇÃO	96.259	961.327	163.128	62.959	524.163	61.640.227	79.482.883	28.475.925
SANEAMENTO	10.896.984	37.534.310	198.657.763	111.380.845	108.852.996	181.881.619	260.456.091	76.496.494
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	4.485.476	4.484.895	5.042.570	4.923.616	5.086.469	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>1.385.649.816</b>	<b>1.432.240.379</b>	<b>1.564.525.655</b>	<b>1.527.934.640</b>	<b>1.610.067.418</b>	<b>1.865.451.733</b>	<b>2.148.999.903</b>	<b>2.000.591.082</b>

#### 2.7 Bahia

ASSISTÊNCIA SOCIAL	138.635.475	99.192.886	107.617.917	123.268.945	164.973.977	159.814.125	201.868.959	274.478.633
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.172.274.523	2.252.306.248	1.765.865.878	2.046.182.064	2.184.485.632	2.265.607.339	2.578.348.992	2.780.964.522
SAÚDE	2.010.729.066	2.806.969.857	2.870.455.895	3.032.226.088	3.164.127.486	3.223.492.796	3.706.620.989	3.663.086.481
TRABALHO	68.477.592	71.385.760	111.275.724	88.155.018	48.140.957	82.217.266	123.802.040	97.504.453
EDUCAÇÃO	2.382.903.235	2.344.957.585	2.613.947.075	2.700.648.642	2.702.682.990	2.948.958.524	3.061.640.582	2.915.448.810
CULTURA	117.019.567	108.659.233	145.632.743	164.181.707	151.352.347	177.227.073	196.228.599	203.736.662
URBANISMO	312.407.962	237.513.743	128.143.193	155.231.749	136.452.641	265.969.377	205.366.458	370.410.771
HABITAÇÃO	6.697.885	95.792.942	150.057.820	161.710.918	61.229.349	93.789.637	81.299.816	133.470.049
SANEAMENTO	245.803.123	168.909.233	204.879.425	176.024.452	136.807.179	228.677.617	293.551.731	448.496.445
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	11.888.135	4.630.652	7.980.503	11.388.201	5.116.619	7.610.413	7.060.351	6.175.058
<b>TOTAL</b>	<b>7.466.836.564</b>	<b>8.190.318.139</b>	<b>8.105.856.173</b>	<b>8.659.017.784</b>	<b>8.755.369.176</b>	<b>9.453.364.167</b>	<b>10.455.788.518</b>	<b>10.893.771.883</b>

#### 2.8 Ceará

ASSISTÊNCIA SOCIAL	160.673.791	178.512.295	154.013.192	173.294.219	148.397.325	160.387.475	159.342.490	172.234.575
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.507.543.221	1.511.461.988	1.577.147.044	1.759.721.896	1.794.060.160	1.787.165.432	1.917.348.231	2.057.797.792
SAÚDE	893.933.321	938.369.503	924.271.623	1.106.330.633	1.062.571.346	1.147.711.897	1.406.770.419	1.628.955.018
TRABALHO	23.599.709	31.910.688	32.007.059	39.772.204	28.717.489	47.542.904	50.889.733	69.207.922
EDUCAÇÃO	1.952.842.259	1.856.771.514	1.931.655.600	2.239.859.993	2.361.764.631	2.689.895.444	3.162.500.090	3.640.426.226
CULTURA	23.926.854	32.515.306	51.365.841	44.165.792	32.464.504	46.310.448	69.305.835	78.320.523
URBANISMO	124.098.417	87.450.517	11.996.093	102.206.566	9.703.700	87.717.985	154.772.666	279.234.025

HABITAÇÃO	13.166.967	17.640.681	30.003.642	68.289.238	31.607.383	29.622.913	51.604.300	89.020.651
SANEAMENTO	41.516.423	113.301.977	132.898.571	990.373.077	297.929.035	185.855.488	168.797.468	355.627.107
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	12.539.748	7.794.783	8.029.371	12.636.432	9.855.636	8.954.829	8.891.381	26.605.970
<b>TOTAL</b>	<b>4.753.840.709</b>	<b>4.775.729.251</b>	<b>4.853.388.035</b>	<b>6.536.650.050</b>	<b>5.777.071.209</b>	<b>6.191.164.815</b>	<b>7.150.222.613</b>	<b>8.397.429.810</b>

#### 2.9 Maranhão

ASSISTÊNCIA SOCIAL	41.047.444	28.508.524	23.857.716	31.236.857	25.337.173	75.878.867	95.820.128	139.117.947
PREVIDÊNCIA SOCIAL	694.191.942	762.244.013	792.037.650	926.031.404	857.068.359	870.781.153	992.712.459	1.074.622.815
SAÚDE	384.065.742	247.392.488	420.080.750	534.936.188	575.573.382	778.698.491	847.829.677	1.166.897.805
TRABALHO	11.762.010	2.857.986	5.494.729	6.994.707	4.377.274	8.298.612	35.110.511	17.564.908
EDUCAÇÃO	1.405.755.294	772.279.118	854.052.332	996.871.519	1.008.963.306	1.136.154.577	1.288.338.639	1.394.623.761
CULTURA	50.935.427	34.512.934	33.234.837	44.799.935	45.094.003	49.678.147	55.087.965	65.354.584
URBANISMO	73.603.299	18.559.838	50.208.758	169.910.836	74.315.406	183.920.047	186.839.785	128.097.316
HABITAÇÃO	11.541.280	3.925.117	7.422.311	10.242.663	5.765.636	89.586.020	101.677.204	85.494.561
SANEAMENTO	163.202.389	61.804.682	21.742.570	162.674.296	123.588.528	268.267.969	353.342.229	133.237.854
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	4.855.941	3.757.430	4.826.305	5.544.038	6.104.946	5.831.048	4.930.579	19.761.020
<b>TOTAL</b>	<b>2.840.960.766</b>	<b>1.935.842.129</b>	<b>2.212.957.957</b>	<b>2.889.242.442</b>	<b>2.726.188.013</b>	<b>3.467.094.931</b>	<b>3.961.689.177</b>	<b>4.224.772.571</b>

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC. Elaboração própria.

**Tabela A3.3: Gastos Sociais Totais e por Área de Atuação por Regiões e Estados**

#### 3. NORTE

GASTOS SOCIAIS R\$ 2010	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
ASSISTÊNCIA SOCIAL	302.906.044	251.696.362	324.430.176	364.956.127	408.485.534	424.432.868	663.645.573	519.986.717
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.353.677.270	1.259.185.775	1.487.914.112	1.760.881.017	1.889.655.463	2.005.454.939	2.202.183.027	2.340.961.145
SAÚDE	3.012.525.371	3.381.480.471	3.828.123.870	4.483.983.375	4.775.456.471	5.049.828.068	5.289.290.615	5.755.419.291
TRABALHO	94.125.880	74.181.762	99.843.897	131.126.002	147.131.352	172.394.928	168.581.513	159.835.413
EDUCAÇÃO	3.822.251.580	3.913.329.196	4.107.898.982	4.619.718.029	5.149.315.016	5.736.626.409	5.902.388.671	6.370.472.423
CULTURA	144.124.826	207.634.116	219.813.863	330.085.259	244.028.435	251.295.484	252.905.152	257.939.849
URBANISMO	180.457.018	176.573.077	212.563.343	526.456.017	413.381.052	1.042.821.496	1.230.847.073	1.145.293.789
HABITAÇÃO	124.912.976	107.520.415	108.770.284	161.805.767	215.435.388	153.805.122	337.118.362	390.032.823
SANEAMENTO	275.989.769	255.603.893	286.653.164	327.861.578	244.463.412	458.090.430	693.200.201	711.125.250
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	18.862.088	24.092.279	29.257.737	37.236.617	38.752.490	53.759.535	47.512.265	67.808.504
<b>TOTAL</b>	<b>9.329.832.822</b>	<b>9.651.297.345</b>	<b>10.705.269.429</b>	<b>12.744.109.787</b>	<b>13.526.104.612</b>	<b>15.348.509.279</b>	<b>16.787.672.452</b>	<b>17.718.875.206</b>

#### 3.1 Acre

ASSISTÊNCIA SOCIAL	8.182.504	26.876.904	20.577.234	26.317.336	24.489.183	28.408.383	36.037.710	101.218.305
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0	0	0	130.090.268	87.153.084	104.764.484	116.808.941	124.555.796
SAÚDE	235.465.786	249.267.239	280.084.984	320.967.446	351.295.355	423.094.939	500.028.789	508.110.814
TRABALHO	4.032.237	1.547.561	815.305	634.018	829.650	594.736	515.442	639.861
EDUCAÇÃO	361.134.209	380.195.907	449.838.689	482.849.896	559.806.586	620.125.673	637.932.972	661.554.812
CULTURA	10.605.543	12.860.754	14.143.415	19.888.756	18.585.727	24.461.155	26.974.629	31.178.736
URBANISMO	22.929.213	24.364.492	33.943.668	131.759.838	51.256.213	56.495.912	76.890.631	130.566.957
HABITAÇÃO	8.882.698	11.666.844	8.609.781	12.381.823	11.145.276	13.531.352	110.583.689	125.989.355
SANEAMENTO	32.538.648	32.017.881	27.312.337	72.080.553	28.729.623	39.700.751	68.652.000	77.614.657

ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	450.460	1.663.436	2.758.895	3.071.394	2.328.022	3.510.454	4.389.674	4.358.504
<b>TOTAL</b>	<b>684.221.298</b>	<b>740.461.019</b>	<b>838.084.310</b>	<b>1.200.041.329</b>	<b>1.135.618.720</b>	<b>1.314.687.840</b>	<b>1.578.814.477</b>	<b>1.765.787.798</b>
<b>3.2 Amazonas</b>								
ASSISTÊNCIA SOCIAL	48.353.221	40.707.030	79.099.236	63.299.589	88.073.457	116.603.113	135.649.343	114.890.254
PREVIDÊNCIA SOCIAL	285.528.448	220.529.814	205.434.450	170.059.898	206.737.528	319.605.705	351.980.069	366.303.535
SAÚDE	1.103.659.502	1.195.109.754	1.302.979.755	1.379.273.468	1.465.693.893	1.512.917.458	1.683.951.372	1.713.110.558
TRABALHO	10.332.923	12.450.746	13.516.409	15.463.815	10.638.470	9.297.870	10.369.115	10.920.636
EDUCAÇÃO	853.535.324	955.679.420	1.017.984.168	1.118.515.923	1.183.294.485	1.292.572.667	1.257.141.493	1.482.759.006
CULTURA	67.969.918	108.309.846	88.874.217	87.188.879	92.294.071	82.503.375	103.597.004	117.206.961
URBANISMO	97.533.866	45.043.470	57.288.276	164.925.213	224.546.888	667.533.095	989.834.521	780.776.963
HABITAÇÃO	54.014.764	42.954.625	55.948.333	84.562.364	148.151.013	60.355.035	56.237.872	117.609.482
SANEAMENTO	30.118.455	54.048.186	137.558.306	142.164.737	119.305.873	182.261.085	328.303.343	339.573.024
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	7.800.863	12.026.483	13.929.192	18.207.188	16.699.538	24.761.540	19.537.583	36.640.652
<b>TOTAL</b>	<b>2.558.847.283</b>	<b>2.686.859.374</b>	<b>2.972.612.342</b>	<b>3.243.661.076</b>	<b>3.555.435.217</b>	<b>4.268.410.943</b>	<b>4.936.601.714</b>	<b>5.079.791.071</b>
<b>3.3 Amapá</b>								
ASSISTÊNCIA SOCIAL	39.262.138	33.101.455	44.698.358	52.393.542	53.663.247	51.586.261	72.761.745	76.389.170
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0	4.987.649	35.433.436	41.615.480	38.452.502	43.405.484	49.029.567	20.780.399
SAÚDE	219.452.006	247.669.581	230.557.169	284.957.151	424.470.678	348.815.511	351.911.330	346.038.272
TRABALHO	3.898.557	5.173.320	4.552.840	7.040.056	4.481.792	6.824.084	4.957.295	6.982.321
EDUCAÇÃO	366.785.856	410.001.229	384.912.069	499.310.103	505.838.520	597.696.717	603.837.988	645.196.122
CULTURA	6.167.928	5.204.474	7.226.348	7.421.230	6.288.710	17.889.886	16.263.428	11.865.411
URBANISMO	23.573.583	21.354.769	27.008.240	39.087.719	34.250.482	66.194.112	51.751.467	37.963.442
HABITAÇÃO	1.729.821	4.964.263	662.921	1.482.815	5.549.056	1.273	639.995	281.790
SANEAMENTO	0	13.050.349	6.652.560	9.118.836	151.418	10.625.608	3.243.444	14.493.609
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	145.526	402.217	1.141.048	2.505.600	3.325.746	6.229.147	3.150.492	1.779.607
<b>TOTAL</b>	<b>661.015.415</b>	<b>745.909.307</b>	<b>742.844.989</b>	<b>944.932.532</b>	<b>1.076.472.150</b>	<b>1.149.268.082</b>	<b>1.157.546.751</b>	<b>1.161.770.143</b>
<b>3.4 Pará</b>								
ASSISTÊNCIA SOCIAL	74.919.137	85.552.895	103.265.047	104.803.602	112.128.756	108.057.834	302.323.296	132.251.775
PREVIDÊNCIA SOCIAL	935.660.683	894.839.028	967.345.382	1.170.582.976	1.295.971.586	1.279.210.367	1.361.473.751	1.426.517.132
SAÚDE	777.515.110	935.190.579	1.040.450.386	1.379.802.577	1.313.826.667	1.431.018.952	1.307.873.003	1.627.068.178
TRABALHO	30.781.019	41.733.207	61.211.749	81.134.721	100.057.167	118.523.574	115.453.099	108.984.370
EDUCAÇÃO	969.283.744	946.716.923	934.075.313	1.069.059.846	1.289.092.435	1.446.965.729	1.614.827.766	1.733.703.409
CULTURA	56.135.489	70.806.368	91.115.107	185.628.124	93.766.123	91.568.355	75.770.453	78.796.650
URBANISMO	10.828.655	62.285.640	65.039.624	149.733.545	65.226.048	177.214.241	61.470.907	155.292.570
HABITAÇÃO	39.409.485	32.504.179	31.226.970	45.719.949	35.756.093	56.849.533	147.181.096	129.664.105
SANEAMENTO	195.427.028	138.125.594	100.840.370	90.669.547	72.146.107	134.501.213	177.469.403	192.830.889
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	10.279.114	8.824.258	7.644.842	10.297.199	12.768.395	14.970.453	17.455.184	19.640.571
<b>TOTAL</b>	<b>3.100.239.465</b>	<b>3.216.578.672</b>	<b>3.402.214.790</b>	<b>4.287.432.087</b>	<b>4.390.739.376</b>	<b>4.858.880.251</b>	<b>5.181.297.959</b>	<b>5.604.749.650</b>
<b>3.5 Rondônia</b>								
ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.683.669	8.478.975	9.567.267	10.963.636	15.870.053	10.229.336	14.103.906	7.011.042
PREVIDÊNCIA SOCIAL	71.670.713	95.383.998	162.424.244	119.509.825	119.533.314	134.490.118	159.695.107	217.632.784
SAÚDE	284.033.949	325.562.497	386.724.343	418.632.829	432.291.826	476.301.084	531.580.522	606.900.336
TRABALHO	0	0	0	0	0	1.516.129	244.126	1.969.316

EDUCAÇÃO	447.989.792	495.688.742	536.920.731	553.079.421	591.491.677	656.895.295	701.597.725	739.783.601
CULTURA	367.892	1.908.427	2.138.877	1.977.071	12.421.711	3.378.123	7.229.214	2.115.698
URBANISMO	0	5.655.561	1.720.288	0	5.344.418	41.908.354	11.162.513	3.852.083
HABITAÇÃO	975.631	140.137	251.076	0	2.390.328	0	0	0
SANEAMENTO	2.845.448	0	0	0	0	0	2.379.670	199.621
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>817.567.094</b>	<b>932.818.337</b>	<b>1.099.746.827</b>	<b>1.104.162.783</b>	<b>1.179.343.326</b>	<b>1.324.718.438</b>	<b>1.427.992.783</b>	<b>1.579.464.481</b>

#### 3.6 Roraima

ASSISTÊNCIA SOCIAL	76.543.298	23.450.452	19.934.986	42.524.887	52.249.322	50.207.254	46.876.562	52.763.152
PREVIDÊNCIA SOCIAL	8.876.656	11.596.520	14.732.514	17.978.257	21.080.144	4.692.479	25.255.683	28.075.807
SAÚDE	134.171.270	115.003.952	159.375.346	211.645.342	234.304.973	263.153.379	273.804.004	271.890.488
TRABALHO	41.059.867	8.819.455	16.746.143	23.900.517	27.462.370	29.651.898	27.783.668	28.426.301
EDUCAÇÃO	301.501.856	240.537.047	275.703.354	361.820.901	424.448.034	415.478.558	388.091.051	422.068.757
CULTURA	969.894	2.333.555	3.569.709	5.931.630	7.143.079	9.278.554	6.823.914	5.084.788
URBANISMO	9.902.291	7.409.773	10.244.805	11.253.912	18.457.830	17.579.908	28.061.252	23.284.570
HABITAÇÃO	17.545.967	1.050.841	854.809	672.938	6.858.828	390.075	0	1.652.596
SANEAMENTO	2.469.635	0	869.058	5.175.947	19.099.325	69.580.551	104.406.959	85.918.998
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0	248.834	22.172	681.744	757.209	1.335.838	618.100	2.821.261
<b>TOTAL</b>	<b>593.040.735</b>	<b>410.450.429</b>	<b>502.052.895</b>	<b>681.586.074</b>	<b>811.861.116</b>	<b>861.348.493</b>	<b>901.721.193</b>	<b>921.986.718</b>

#### 3.7 Tocantins

ASSISTÊNCIA SOCIAL	45.962.077	33.528.650	47.288.049	64.653.535	62.011.515	59.340.688	55.893.010	35.463.019
PREVIDÊNCIA SOCIAL	51.940.770	31.848.765	102.544.086	111.044.313	120.727.305	119.286.302	137.939.908	157.095.691
SAÚDE	258.227.749	313.676.869	427.951.887	488.704.562	553.573.079	594.526.745	640.141.595	682.300.645
TRABALHO	4.021.277	4.457.472	3.001.450	2.952.874	3.661.903	5.986.638	9.258.768	1.912.609
EDUCAÇÃO	522.020.799	484.509.929	508.464.657	535.081.938	595.343.279	706.891.769	698.959.676	685.406.715
CULTURA	1.908.162	6.210.692	12.746.188	22.049.568	13.529.014	22.216.037	16.246.510	11.691.604
URBANISMO	15.689.410	10.459.371	17.318.443	29.695.790	14.299.173	15.895.874	11.675.784	13.557.205
HABITAÇÃO	2.354.608	14.239.527	11.216.394	16.985.877	5.584.794	22.677.854	22.475.709	14.835.495
SANEAMENTO	12.590.555	18.361.882	13.420.533	8.651.958	5.031.066	21.421.222	8.745.381	494.452
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	186.124	927.051	3.761.588	2.473.492	2.873.579	2.952.104	2.361.231	2.567.910
<b>TOTAL</b>	<b>914.901.531</b>	<b>918.220.208</b>	<b>1.147.713.276</b>	<b>1.282.293.906</b>	<b>1.376.634.707</b>	<b>1.571.195.231</b>	<b>1.603.697.573</b>	<b>1.605.325.345</b>

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC. Elaboração própria.

**Tabela A3.4: Gastos Sociais Totais e por Área de Atuação por Regiões e Estados**

#### 4. SUDESTE

GASTOS SOCIAIS R\$ 2010	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
ASSISTÊNCIA SOCIAL	784.864.469	715.650.359	1.025.668.300	1.195.570.537	1.222.698.699	908.379.639	959.473.441	1.164.628.503
PREVIDÊNCIA SOCIAL	10.149.946.110	12.563.006.470	12.649.954.005	13.940.873.794	14.107.335.359	25.030.255.878	30.835.798.145	31.620.821.545
SAÚDE	13.620.463.648	16.744.509.567	17.559.771.393	19.510.985.202	19.819.868.746	21.418.267.531	23.459.813.235	23.948.090.693
TRABALHO	299.003.535	241.870.612	305.509.353	253.073.189	191.020.188	250.496.218	282.357.194	268.154.127
EDUCAÇÃO	31.311.872.348	28.137.979.252	29.486.525.112	33.212.714.586	34.675.974.620	37.076.590.570	36.336.002.992	34.445.987.844
CULTURA	450.490.298	447.603.617	578.943.135	650.383.644	767.417.533	873.412.427	1.137.147.081	1.351.045.607



URBANISMO	52.367.915	300.039.602	238.246.616	252.498.781	153.948.184	455.564.022	866.078.462	2.272.205.335
HABITAÇÃO	465.876.918	671.322.693	1.188.236.557	928.848.772	954.067.495	1.534.692.066	1.071.378.895	1.742.770.624
SANEAMENTO	2.070.125.358	2.285.218.963	2.217.879.790	2.228.400.608	2.224.926.161	2.846.055.104	890.423.443	853.300.310
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	55.757.963	58.388.314	56.150.408	69.575.136	69.304.168	65.460.381	93.115.392	69.725.359
<b>TOTAL</b>	<b>59.260.768.561</b>	<b>62.165.589.449</b>	<b>65.306.884.669</b>	<b>72.242.924.248</b>	<b>74.186.561.152</b>	<b>90.459.173.838</b>	<b>95.931.588.279</b>	<b>97.736.729.947</b>

#### 4.1 São Paulo

ASSISTÊNCIA SOCIAL	558.291.930	447.618.230	776.338.243	897.157.608	878.115.675	453.963.351	477.527.676	593.161.479
PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.345.378.841	4.217.111.203	4.338.863.823	5.005.627.409	5.298.515.073	15.609.873.391	16.205.086.719	16.562.476.040
SAÚDE	8.501.157.361	10.591.666.067	10.817.655.120	11.885.596.060	12.341.500.290	13.217.574.618	14.345.784.572	14.549.948.679
TRABALHO	251.486.110	198.912.787	256.187.049	194.758.393	129.080.592	189.869.159	203.297.876	155.511.180
EDUCAÇÃO	18.613.910.711	18.494.857.523	19.464.388.643	21.151.990.666	22.022.115.382	23.945.955.057	24.220.590.715	22.220.190.293
CULTURA	312.379.909	295.886.247	412.668.594	467.643.455	562.449.175	624.096.665	840.549.398	992.930.126
URBANISMO	16.813.744	3.099.087	4.659.941	3.783.500	5.299.534	0	0	0
HABITAÇÃO	363.583.145	569.383.593	977.806.630	720.885.102	769.968.306	762.232.405	807.416.705	1.354.527.955
SANEAMENTO	21.470.459	15.003.343	115.092.689	18.455.489	117.679.603	412.246.112	611.990.439	535.531.936
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	48.082.725	49.545.571	47.674.912	59.993.659	56.504.115	43.680.619	57.032.673	40.931.224
<b>TOTAL</b>	<b>33.032.554.935</b>	<b>34.883.083.651</b>	<b>37.211.335.642</b>	<b>40.405.891.343</b>	<b>42.181.227.746</b>	<b>55.259.491.377</b>	<b>57.769.276.773</b>	<b>57.005.208.914</b>

#### 4.2 Rio de Janeiro

ASSISTÊNCIA SOCIAL	148.663.636	182.450.084	149.257.795	164.574.616	185.396.306	203.962.894	220.436.574	218.897.541
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.015.639.841	2.828.264.510	2.953.504.412	3.136.125.410	2.663.892.258	2.912.138.645	7.833.599.959	8.135.835.160
SAÚDE	2.130.374.776	2.691.256.307	2.985.752.709	3.566.049.554	3.021.468.917	3.210.398.007	3.648.349.294	3.513.083.255
TRABALHO	26.044.240	23.813.147	24.505.345	31.567.490	26.964.994	24.577.352	31.502.173	40.172.186
EDUCAÇÃO	6.695.068.907	4.888.022.334	4.909.989.042	6.455.702.523	6.697.252.866	6.785.058.404	5.878.034.226	6.186.940.450
CULTURA	90.953.710	90.466.536	86.903.830	80.463.117	92.620.975	116.627.238	149.051.021	163.590.028
URBANISMO	35.554.171	181.751.478	88.578.330	90.392.408	63.974.121	353.328.690	739.072.379	1.519.792.561
HABITAÇÃO	81.161.452	90.876.809	67.463.315	71.359.749	62.916.142	121.074.931	124.862.352	220.636.566
SANEAMENTO	1.975.982.136	2.111.592.806	2.101.420.443	2.207.984.810	2.092.338.360	2.398.658.951	124.756.237	177.526.754
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	3.443.265	2.474.111	2.989.838	2.995.628	2.905.709	2.262.697	5.825.422	6.311.558
<b>TOTAL</b>	<b>14.202.886.135</b>	<b>13.090.968.122</b>	<b>13.370.365.059</b>	<b>15.807.215.305</b>	<b>14.909.730.648</b>	<b>16.128.087.809</b>	<b>18.755.489.636</b>	<b>20.182.786.057</b>

#### 4.3 Minas Gerais

ASSISTÊNCIA SOCIAL	64.991.318	58.985.772	70.399.620	87.644.086	114.310.810	164.952.857	167.742.929	177.114.813
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.628.608.095	4.469.337.591	4.254.785.430	4.637.198.849	4.854.281.053	5.055.951.558	4.967.137.092	5.586.050.691
SAÚDE	2.443.969.759	2.845.836.767	2.898.496.960	3.076.899.068	3.439.936.571	3.871.440.428	4.198.864.316	4.493.591.539
TRABALHO	19.872.384	15.712.822	20.935.792	22.023.396	29.364.905	30.532.898	38.624.124	54.678.413
EDUCAÇÃO	5.488.311.676	3.789.994.241	4.055.581.767	4.553.367.348	4.861.607.073	5.248.845.012	5.009.837.529	4.966.696.057
CULTURA	40.550.472	52.786.046	68.994.584	85.058.568	96.309.580	110.361.358	123.953.588	121.251.167
URBANISMO	0	115.189.037	144.651.632	157.042.768	37.529.608	61.862.405	68.592.865	610.835.615
HABITAÇÃO	20.090.431	11.062.292	142.079.216	130.301.878	117.322.389	637.416.566	124.707.133	135.405.128
SANEAMENTO	3.117.980	149.360.660	346.065	1.573.150	13.542.471	33.769.649	10.341.891	2.636.130
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	4.231.974	6.368.632	5.485.658	6.585.848	9.894.344	19.517.065	30.179.253	22.085.282
<b>TOTAL</b>	<b>9.713.744.090</b>	<b>11.514.633.861</b>	<b>11.661.756.724</b>	<b>12.757.694.958</b>	<b>13.574.098.803</b>	<b>15.234.649.795</b>	<b>14.739.980.720</b>	<b>16.170.344.836</b>

#### 4.4 Espírito Santo

ASSISTÊNCIA SOCIAL	12.917.585	26.596.273	29.672.643	46.194.227	44.875.908	85.500.537	93.766.262	175.454.670
--------------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------	-------------

PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.160.319.333	1.048.293.166	1.102.800.340	1.161.922.126	1.290.646.975	1.452.292.284	1.829.974.376	1.336.459.655
SAÚDE	544.961.751	615.750.426	857.866.603	982.440.519	1.016.962.968	1.118.854.477	1.266.815.052	1.391.467.219
TRABALHO	1.600.800	3.431.856	3.881.168	4.723.910	5.609.697	5.516.809	8.933.021	17.792.347
EDUCAÇÃO	514.581.053	965.105.153	1.056.565.660	1.051.654.049	1.094.999.299	1.096.732.097	1.227.540.521	1.072.161.044
CULTURA	6.606.207	8.464.787	10.376.127	17.218.503	16.037.802	22.327.167	23.593.075	73.274.286
URBANISMO	0	0	356.713	1.280.105	47.144.921	40.372.928	58.413.218	141.577.159
HABITAÇÃO	1.041.890	0	887.395	6.302.044	3.860.658	13.968.164	14.392.706	32.200.975
SANEAMENTO	69.554.783	9.262.155	1.020.594	387.158	1.365.727	1.380.393	143.334.876	137.605.489
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0	0	0	0	0	0	78.045	397.294
<b>TOTAL</b>	<b>2.311.583.402</b>	<b>2.676.903.815</b>	<b>3.063.427.244</b>	<b>3.272.122.641</b>	<b>3.521.503.955</b>	<b>3.836.944.857</b>	<b>4.666.841.151</b>	<b>4.378.390.140</b>

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC. Elaboração própria.

**Tabela A3.5: Gastos Sociais Totais e por Área de Atuação por Regiões e Estados**

5. SUL								
Gastos Sociais R\$ 2010	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
ASSISTÊNCIA SOCIAL	279.936.868	233.991.700	303.929.951	349.923.556	339.067.270	376.157.357	530.429.044	407.243.537
PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.346.241.372	6.421.117.762	8.234.110.140	9.533.817.395	9.588.165.813	7.621.741.223	10.286.335.520	11.087.527.788
SAÚDE	3.748.516.944	4.442.972.512	4.783.183.468	5.464.618.744	5.694.042.439	5.545.605.497	6.772.104.338	7.610.449.916
TRABALHO	89.006.678	91.509.458	132.098.512	124.986.643	101.842.297	93.401.396	93.455.093	114.270.292
EDUCAÇÃO	8.579.862.138	7.614.009.853	7.217.909.026	7.899.005.353	8.790.687.982	11.064.604.177	11.747.241.160	12.401.767.159
CULTURA	124.553.573	86.931.820	141.471.533	202.978.861	190.447.512	161.912.238	217.095.149	196.776.290
URBANISMO	316.879.355	272.923.548	225.599.554	220.811.945	103.957.383	219.239.730	182.701.535	303.704.248
HABITAÇÃO	59.453.950	74.259.707	71.706.146	73.831.500	104.306.734	128.163.706	167.663.179	242.312.709
SANEAMENTO	172.181.994	21.203.252	23.299.729	25.864.562	15.174.045	8.331.368	31.748.132	15.046.834
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0	36.110.346	38.952.253	21.639.306	10.917.920	10.616.669	6.527.025	7.888.377
<b>TOTAL</b>	<b>17.716.632.871</b>	<b>19.295.029.959</b>	<b>21.172.260.312</b>	<b>23.917.477.864</b>	<b>24.938.609.394</b>	<b>25.229.773.362</b>	<b>30.035.300.175</b>	<b>32.386.987.151</b>

5.1 Santa Catarina								
ASSISTÊNCIA SOCIAL	32.475.495	4.085.882	4.000.524	15.372.036	15.507.545	12.669.538	99.388.967	31.483.548
PREVIDÊNCIA SOCIAL	467.680.509	459.827.300	487.844.396	1.095.416.372	1.796.335.394	1.713.841.082	2.142.414.291	2.381.736.420
SAÚDE	1.093.553.425	1.124.952.689	1.168.621.059	1.431.917.663	1.461.858.585	1.095.948.939	1.857.010.636	1.843.944.515
TRABALHO	30.486.827	9.002.555	2.988.203	8.379.921	5.277.649	6.445.883	6.999.165	21.050.195
EDUCAÇÃO	1.905.802.819	1.845.986.617	1.960.668.222	1.989.306.561	1.625.731.113	1.855.900.171	1.918.916.414	1.906.357.238
CULTURA	17.244.434	16.319.930	17.967.431	70.560.423	81.203.594	41.630.837	53.832.830	62.384.349
URBANISMO	1.411.940	0	0	25.937	0	129.546.630	88.814.332	171.321.151
HABITAÇÃO	8.340.475	19.277.797	19.645.359	23.101.816	28.077.884	20.138.024	30.855.513	29.692.447
SANEAMENTO	592.493	0	0	0	0	69.836	0	216.387
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>3.557.588.416</b>	<b>3.479.452.769</b>	<b>3.661.735.193</b>	<b>4.634.080.729</b>	<b>5.013.991.765</b>	<b>4.876.190.939</b>	<b>6.198.232.148</b>	<b>6.448.186.250</b>

5.2 Rio Grande do Sul								
ASSISTÊNCIA SOCIAL	169.636.904	170.138.161	164.450.956	175.366.633	153.263.859	166.767.543	178.678.638	185.183.087
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.480.577.319	3.484.309.508	5.207.746.284	5.685.151.292	5.949.941.524	4.073.634.323	6.195.642.234	6.592.124.037
SAÚDE	1.369.580.376	1.858.775.050	1.910.085.081	1.928.911.566	2.002.482.707	2.155.960.505	2.506.770.341	3.197.667.055

TRABALHO	32.156.091	59.206.626	80.072.716	72.052.233	58.915.815	42.798.690	44.854.594	55.265.230
EDUCAÇÃO	3.920.539.793	3.027.867.672	2.238.956.125	2.402.275.166	2.396.633.389	4.090.439.021	4.378.969.211	4.715.060.989
CULTURA	58.669.728	46.943.149	47.397.685	45.493.452	38.429.693	37.489.914	40.555.522	42.466.906
URBANISMO	249.306	2.751.892	1.654.260	4.862.516	1.445.298	4.565.165	925.387	18.912.336
HABITAÇÃO	13.655.930	18.402.614	8.732.774	10.291.792	6.083.104	12.144.170	14.553.387	63.275.443
SANEAMENTO	21.606.792	21.203.252	23.299.729	25.864.562	15.174.045	8.261.532	29.451.867	12.188.105
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0	36.110.346	38.250.746	20.598.695	9.226.526	6.457.452	2.120.936	3.109.601
<b>TOTAL</b>	<b>7.066.672.239</b>	<b>8.725.708.270</b>	<b>9.720.646.356</b>	<b>10.370.867.908</b>	<b>10.631.595.961</b>	<b>10.598.518.315</b>	<b>13.392.522.118</b>	<b>14.885.252.789</b>

#### 5.3 Paraná

ASSISTÊNCIA SOCIAL	77.824.469	59.767.658	135.478.471	159.184.887	170.295.865	196.720.276	252.361.439	190.576.902
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.397.983.544	2.476.980.954	2.538.519.460	2.753.249.730	1.841.888.895	1.834.265.819	1.948.278.995	2.113.667.331
SAÚDE	1.285.383.143	1.459.244.774	1.704.477.328	2.103.789.515	2.229.701.146	2.293.696.052	2.408.323.361	2.568.838.345
TRABALHO	26.363.760	23.300.277	49.037.593	44.554.488	37.648.833	44.156.823	41.601.333	37.954.867
EDUCAÇÃO	2.753.519.526	2.740.155.564	3.018.284.679	3.507.423.627	4.768.323.480	5.118.264.985	5.449.355.536	5.780.348.932
CULTURA	48.639.411	23.668.741	76.106.418	86.924.985	70.814.224	82.791.487	122.706.797	91.925.036
URBANISMO	315.218.109	270.171.656	223.945.294	215.923.492	102.512.085	85.127.935	92.961.816	113.470.761
HABITAÇÃO	37.457.545	36.579.296	43.328.014	40.437.891	70.145.746	95.881.512	122.254.279	149.344.819
SANEAMENTO	149.982.709	0	0	0	0	0	2.296.265	2.642.342
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0	0	701.507	1.040.611	1.691.394	4.159.218	4.406.088	4.778.777
<b>TOTAL</b>	<b>7.092.372.215</b>	<b>7.089.868.920</b>	<b>7.789.878.763</b>	<b>8.912.529.227</b>	<b>9.293.021.668</b>	<b>9.755.064.107</b>	<b>10.444.545.909</b>	<b>11.053.548.112</b>

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC. Elaboração própria.

**Tabela A4: População por Região**

Região	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Centro-Oeste	12.317.271	12.532.388	12.746.627	12.959.403	13.169.420	13.375.939	13.578.351	13.775.480
Nordeste	49.357.231	49.867.889	50.376.463	50.881.563	51.380.117	51.870.364	52.350.866	52.818.821
Norte	13.784.881	14.064.366	14.342.710	14.619.154	14.892.013	15.160.326	15.423.305	15.679.418
Sudeste	75.391.969	76.333.794	77.271.770	78.203.353	79.122.849	80.027.031	80.913.240	81.776.299
Sul	26.025.091	26.315.103	26.603.929	26.890.782	27.173.918	27.452.336	27.725.221	27.990.978
<b>Brasil</b>	<b>176.876.443</b>	<b>179.113.540</b>	<b>181.341.499</b>	<b>183.554.255</b>	<b>185.738.317</b>	<b>187.885.996</b>	<b>189.990.983</b>	<b>192.040.996</b>

Fonte: IBGE. População estimada para 1º de julho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, R.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **A estabilidade inaceitável: Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. Texto para Discussão, n. 800.

BARROS, R. de et al. **Determinantes da Queda na Desigualdade de Renda no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2010. Texto para Discussão, n. 1460.

BARROS, R. P. de; CARVALHO, M.; FRANCO, S. **O papel das transferências públicas na queda recente da desigualdade de renda brasileira**. In: BARROS, R. P. de; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: Ipea, 2007. cap. 16, v. 2.

CASTRO, J. A. de et al. **Análise da evolução e dinâmica do Gasto Social Federal: 1995/2001**. Brasília, DF: IPEA, 2003. Texto para Discussão, n. 988.

CASTRO, J. A. de et al. **Gasto Social e Política Macroeconômica: Trajetórias e Tensões no Período 1995-2005**. Brasília, DF: IPEA, 2008. Texto para Discussão, n. 1324.

CASTRO, J. A., CARDOSO JR., J. C. **Políticas sociais no Brasil: evolução do Gasto Social Federal no período de 1988 a 2002**. In: JACCOUD, L. (Org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: Ipea, 2005.

COSSIO, F. B. **Efeitos das despesas públicas estaduais sobre os indicadores socioeconômicos estaduais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

FERREIRA, F. H.G. **Gasto Social no Brasil: Algumas considerações sobre o debate**. Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.115-122, junho 2003.

GIAMBIAGI, F. **Rompendo com a Ruptura: O Governo Lula**. In: F. Giambiagi, L. Barros de Castro, A. Villela, J. Hermann (orgs.). *Economia Brasileira Contemporânea*. Editora Elsevier-Campus, 2011.

MEDEIROS, C. A. **Desenvolvimento econômico e estratégias de redução da pobreza e das desigualdades no Brasil**. Rio de Janeiro, 2001.

MINISTÉRIO DA FAZENDA – Secretaria de Política Econômica. **Gasto social do governo central: 2001 e 2002**. Econômica, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.9-69, junho 2003.

PERO, V.; SZERMAN, D.. **Mobilidade Intergeracional de Renda no Brasil**. ANPEC, 2005.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROCHA, S. A **Evolução do Programa Bolsa-Família brasileiro: funcionamento e impactos sobre a pobreza**. Latin American Centre/University of Oxford, 2008.

SÃO PAULO (Município). Prefeitura Municipal. **Desigualdade de Renda e Gastos Sociais no Brasil: Algumas evidências para o debate**. São Paulo: Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, 2003.

SCHWARZER, H., QUERINO, A. C. **Benefícios sociais e pobreza: programas não contributivos da seguridade social brasileira**. Brasília: Ipea, dezembro de 2002. Texto para Discussão, n. 929.

SIQUEIRA, R.; NOGUEIRA, R.; LEVY, H. **Política tributária e política social no Brasil: Impacto sobre a distribuição de renda entre domicílios**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2003, p. 391-407.

SOARES, F. V; SOARES, S; MEDEIROS, M; OSORIO, G. R. **Programas de transferências de renda no Brasil: Impactos sobre a desigualdade**. ANPEC, 2006.